

# Relatório e Contas 2017

VICTORIA - Seguros de Vida, S.A

# ÍNDICE

## 1

### RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## 2

### INFORMAÇÃO FINANCEIRA

11 | Balanço

15 | Demonstração dos Resultados

18 | Demonstração do Rendimento Integral

19 | Demonstração dos Fluxos de Caixa

21 | Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios

23 | Notas às Demonstrações Financeiras

## 3

### RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

108 | Certificação Legal de Contas

112 | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

## 4

### ANEXOS

115 | Participação nos Resultados - Ramo Vida

116 | Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida

## ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

---

### Mesa da Assembleia Geral

José António Ribeiro  
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,  
Sociedade Advogados  
(representada por Marcos Sousa  
Guedes)  
Secretário

### Conselho Fiscal

João de Lara Everard  
Presidente

Santiago Gil de Biedma  
Vogal

António Vilar  
Vogal

Luís Henriques  
Suplente

### Conselho de Administração

Didier Ridoret  
Presidente

Pierre Esparbès  
Vogal

Bernard Milléquant<sup>1</sup>  
Vogal

Hubert Rodarie  
Vogal

Cyrille Mascarelle  
Administrador Delegado

### Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -  
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)  
(representada por Ana Salcedas  
(ROC nº 1230)  
Efetivo

João Carlos Miguel Alves  
(ROC nº 896)  
Suplente

<sup>1</sup> O Senhor Bernard Milléquant apresentou a sua resignação ao cargo de Vogal do Conselho de Administração em 23 de março de 2018.

### Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle  
Administrador Delegado

Carlos Suárez  
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho  
Diretor Geral Adjunto

## ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

---

### Diretores de Departamento<sup>1</sup>

João Ferreira da Fonseca

**Dep. Canal de Corretores e Empresas**

Júlio Gonçalves

**Dep. Financeiro**

Tiago Monteiro

**Dep. de Gestão de Riscos e Planeamento**

João Borbinha

**Dep. de Informática**

Carlos Ribeiro

**Dep. de Operações**

Alberto Bento

**Dep. de Recursos Humanos e Logística**

Euclides Carvalho

**Dep. Rede de Agentes**

Frederico Pereira

**Dep. Rede Pessoais**

Ana Aragão

**Dep. Técnico Pessoais**

Miguel Roque

**Dep. Técnico Reais**

<sup>1</sup> Estrutura em vigor a 1 de janeiro de 2018

1

# RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

## Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2017.

### 1.1 Atividade da Empresa

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal, e desde 2016 em Espanha em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

#### 1.2 Prémios

O volume de prémios brutos emitidos atingiu EUR 33.262.434 (2016: EUR 34.713.111) evidenciando uma quebra de 4,2% (2016:-13,7%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, registou um aumento de 17% (2016: quebra de 39,9%) situando-se em EUR 1.609.556 (2016: EUR 1.375.897).

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi assim de EUR 34.871.990 (2016: EUR 36.089.008) registando-se assim uma quebra de 3,4% (2016: -15,2%).

#### 1.3 Custos com Sinistros

Os custos com sinistros situaram-se em EUR 32.294.461 (2016: EUR 32.551.857), evidenciando uma quebra de 0,8% (2016: quebra de 11,9%), tendo-se registado um aumento de capitais por morte e invalidez de 17,4% (2016: -21,4%) e um decréscimo de vencimentos de 2,9% (2016: -14,6%). Os resgates tiveram um decréscimo de 1,1% (2016:-12,5%).

1

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2

## INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

## RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### 1.4 Resseguro Cedido

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma criteriosa e de acordo com a sua capacidade financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

### 1.5 Despesas Gerais

As despesas gerais situaram-se em EUR 9.039.545 (2016: EUR 8.703.222).

### 1.6 Investimentos

A carteira de investimentos atingiu, no final de 2017, um montante de EUR 229.854.264 (2016: EUR 235.711.573). Numa conjuntura conturbada dos mercados financeiros, os proveitos de investimentos atingiram EUR 7.693.044 (2016: EUR 6.425.329) e a reserva de reavaliação situava-se no final do ano em EUR 6.933.412 (2016: EUR 8.394.809).

### 1.7 Fundo de Pensões

O volume de ativos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2016 um montante de EUR 31.654.153 (2016: EUR 29.740.814).

### 1.8 Gestão de Riscos e Controlo Interno

Em 2017, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos, com uma monitorização da solvência da empresa.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Gestão de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato, com exceção do de Risco Operacional, criado em 2017, tendo incorporado o Comité Anti-Fraude e assumindo as competências de análise do

### 1.9 Outras informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

### 1.10 Ligações de grupo, recursos comuns

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de

1

## RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2

## INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

## RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

### 1.11 Resultado do exercício e proposta da sua aplicação

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 359.435 (2016: EUR 111.165). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 583.757 (2016: EUR 330.738). Propomos que após a dotação de EUR 58.376 à reserva legal, o remanescente de EUR 525.381 seja levado a resultados transitados.

### 1.12 Consolidação de resultados

As nossas contas são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.. O relatório consolidado contém informações mais detalhadas

acerca da atividade das empresas do grupo. Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA em França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

### 1.13 Previsões para 2018

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em Janeiro de 2018 atingiu EUR 4.150.624 (2017: EUR 3.406.451).

A sustentabilidade do negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico de crescimento com moderada aceleração e de retoma do investimento, inflação reduzida e descida do desemprego, mas, ao mesmo tempo, de incertezas, rápidos ajustamentos e volatilidade, continua a constituir um objetivo ambicioso. Não obstante, o Plano do ano 2018 foi desenhado no intuito de encarar o desafio, a partir das seguintes ações:

- Adaptação do modelo de distribuição
- Reforço da presença institucional e da marca VICTORIA
- Automatização do acompanhamento do processo comercial
- Implementação de novas funcionalidades no portal de agentes e clientes
- Lançamento de novas soluções de produto
- Desenvolvimento do CAMPUS VICTORIA

**1****RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO****2****INFORMAÇÃO FINANCEIRA****3****RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO**

Em 2018, continuar-se-á, portanto, com a execução da estratégia que vem diferenciando a VICTORIA, nos últimos anos, baseada na proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, a oferta diferenciada de produto, o serviço de excelência e o posicionamento de especialização, no intuito de fornecer uma proposta de valor distinta.

Finalmente, em 2018, reforçar-se-á o acompanhamento do modelo de governação e de gestão de riscos, fundamentado numa melhor qualidade de dados, e continuar-se-á, igualmente, à procura de maior eficiência na gestão dos vários processos da empresa. À semelhança dos últimos anos, mas ainda com maior incidência neste exercício, a formação irá fortalecer o seu peso específico como eixo estratégico de desenvolvimento da empresa, através do investimento no CAMPUS VICTORIA e da aposta

sistemática e do investimento efetivo em ações que aumentem o potencial dos recursos da empresa. Da mesma forma, prosseguir-se-á o reforço da organização das ações de Responsabilidade Social.

**1.14 Resultado do exercício e proposta da sua aplicação**

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

27 de março de 2018

O Conselho de Administração

2

# INFORMAÇÃO FINANCEIRA



RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO



INFORMAÇÃO FINANCEIRA



RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Balço em 31 de dezembro 2017 e 2016

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
	<b>ATIVO</b>				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1.475.968		1.475.968	3.159.931
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	591		591	591
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	26.255.101		26.255.101	28.452.488
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.723.286		5.723.286	8.057.260
	Títulos de dívida	20.531.815		20.531.815	20.395.228
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	160.333.600	147.470	160.186.130	164.267.734
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	23.223.311	147.470	23.075.841	24.220.899
	Títulos de dívida	137.110.289		137.110.289	140.046.835
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	8.623.192	-	8.623.192	9.514.094
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos	282.574		282.574	282.574
	Empréstimos concedidos	8.158.715		8.158.715	9.231.520
	Contas a receber	181.903		181.903	
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	5.660.581		5.660.581	5.650.486
2	Terrenos e edifícios	29.128.670	-	29.128.670	27.826.180
	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.534.630		1.534.630	1.510.240
	Terrenos e edifícios de rendimento	27.594.040		27.594.040	26.315.940

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
9	Outros ativos tangíveis	4.466.752	4.306.471	160.281	196.087
9	Inventários	35.523		35.523	31.456
	Goodwill				
10	Outros ativos intangíveis	8.859.343	5.962.470	2.896.873	2.241.394
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	325.032	-	325.032	394.124
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
	Provisão para sinistros	325.032		325.032	394.124
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	888.567		888.567	899.976
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.694.385	203.546	3.490.839	3.511.962
	Contas a receber por operações de seguro direto	1.007.070	31.822	975.248	1.291.976
	Contas a receber por outras operações de resseguro	577.780	17.471	560.309	215.993
	Contas a receber por outras operações	2.109.535	154.253	1.955.282	2.003.993
13	Ativos por impostos	1.239.743	-	1.239.743	834.315
	Ativos por impostos correntes	319.509		319.509	323.289
	Ativos por impostos diferidos	920.234		920.234	511.026
17	Acréscimos e diferimentos	391.274		391.274	426.578
	Outros elementos do ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	<b>TOTAL ATIVO</b>	251.378.322	10.619.957	240.758.365	247.407.396

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	<b>PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		
	<b>PASSIVO</b>		
14	Provisões técnicas	175.387.014	181.294.829
	Provisão para prémios não adquiridos	1.074.033	938.624
	Provisão matemática do ramo vida	158.115.697	163.027.317
	Provisão para sinistros	7.442.677	7.729.091
	De vida	7.442.677	7.729.091
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
	Provisão para participação nos resultados	3.578.759	4.423.949
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	390.957	431.182
	Provisão para participação nos resultados atribuída	3.187.802	3.992.767
	Provisão para compromissos de taxa	5.175.848	5.175.848
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	27.376.119	29.467.221
	Outros passivos financeiros		
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	135.663	152.780
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.492.266	5.112.359
	Contas a pagar por operações de seguro direto	5.151.431	3.957.423
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	20.466	4.501
	Contas a pagar por outras operações	1.320.369	1.150.435

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
13	Passivos por impostos	809.517	580.361
	Passivos por impostos correntes	323.107	313.724
	Passivos por impostos diferidos	486.410	266.637
17	Acréscimos e diferimentos	1.929.239	1.578.736
30	Outras Provisões	339.604	386.479
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	212.469.422	218.572.765
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		
18	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
18	Reservas de reavaliação	6.933.412	8.394.809
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	6.581.424	8.070.975
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	351.988	323.834
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(1.870.835)	(2.190.349)
19	Outras Reservas	10.595.991	10.550.479
	Resultados Transitados	3.546.618	3.248.954
	Resultado do exercício	583.757	330.738
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	28.288.943	28.834.631
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	240.758.365	247.407.396

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

**Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016**

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
22	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	29.413.423		29.413.423	31.531.918
	Prêmios brutos emitidos	33.262.434		33.262.434	34.713.111
	Prêmios de resseguro cedido	(3.706.623)		(3.706.623)	(3.092.684)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(142.388)		(142.388)	(88.509)
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
23	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	381.475		381.475	422.868
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(32.120.641)		(32.120.641)	(32.071.791)
	Montantes pagos	(32.337.963)		(32.337.963)	(32.174.829)
	Montantes brutos	(32.580.875)		(32.580.875)	(32.293.321)
	Parte dos resseguradores	242.912		242.912	118.492
	Provisão para sinistros (variação)	217.322		217.322	103.038
	Montantes brutos	286.414		286.414	(258.536)
	Parte dos resseguradores	(69.092)		(69.092)	361.574
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-		-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5.217.288		5.217.288	5.119.171
	Montantes brutos	5.217.288		5.217.288	5.119.171
	Parte dos resseguradores			-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.130.889)		(1.130.889)	(1.259.355)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(6.555.749)		(6.555.749)	(7.458.095)
	Custos de aquisição	(4.487.810)		(4.487.810)	(4.477.520)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(215.357)		(215.357)	(173.255)
	Gastos administrativos	(3.956.290)		(3.956.290)	(3.802.988)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	2.103.708		2.103.708	995.668

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
24	Rendimentos	5.695.267	150.212	5.845.479	6.043.647
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.467.100	150.212	5.617.312	5.415.936
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	228.167		228.167	627.711
25	Gastos financeiros	(907.106)	(20.209)	(927.315)	(868.548)
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(907.106)	(20.209)	(927.315)	(868.548)
26	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	1.291.337	11.056	1.302.393	209.192
	De ativos disponíveis para venda	19.787		19.787	277.783
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	1.271.550	11.056	1.282.606	(68.591)
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.097.097)	-	(1.097.097)	(1.313.715)
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.097.097)		(1.097.097)	(1.313.715)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
28	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-
	De ativos disponíveis para venda	-		-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	172.127		172.127	41.490
30	Outras provisões (variação)		27.738	27.738	213.653
31	Outros rendimentos/gastos		194.265	194.265	(119.361)
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	<b>RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS</b>	359.435	363.062	722.497	491.074
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(40.679)	(194.192)
13	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(98.061)	33.856
	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO IMPOSTOS</b>	359.435	363.062	583.757	330.738

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
 DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

**Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2017**

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	583.757	330.738
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(1.934.455)	(158.756)
Por via de alienações	361.010	(469.737)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	33.234	35.170
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	78.815	40.678
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	319.514	124.345
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	12.438	(6.538)
<b>Total do rendimento integral</b>	<b>(545.687)</b>	<b>(104.100)</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
 DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

**Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>1 ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos	103.616.683	134.136.628
Clientes (prémios recebidos)	27.318.875	27.226.959
Venda/amortização de activos financeiros(Inv)	75.843.463	106.459.974
Juros e dividendos (Inv)	454.346	449.695
Recebimentos de taxas e impostos		
Regularização c/c Seguradoras		
Pagamentos	104.212.398	135.374.994
Clientes (sinistros e estornos)	29.765.442	29.656.067
Comissões	719.055	698.237
Resseguradores	650.495	736.584
Outros Prestadores	(1.280.058)	(1.271.627)
Fornecedores Diversos	3.002.868	3.736.390
Pagamentos a colaboradores	2.154.612	2.065.871
Compra de activos financeiros (Inv)	66.047.648	96.507.665
Pagamento de taxas e impostos	3.050.149	3.134.914
Despesas de viagem	101.543	109.717
Fundo Fixo de Caixa	644	1.177
Regularização c/c Seguradoras		
<b>Fluxo das atividades operacionais</b>	<b>(595.715)</b>	<b>(1.238.366)</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR
<b>2 ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Recebimentos		
Investimentos financeiros (reembolso de Emp. Conc.)		
Imobilizações corpóreas (alienação)		
Imobilizações incorpóreas (alienação)		
Juros de Emp. Conc.		
Dividendos de participações		
Pagamentos	1.088.249	748.843
Investimentos financeiros (Const. Emp.concedidos)		
Imobilizações corpóreas (aquisição)	610.395	95.462
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	477.854	653.381
<b>Fluxo das atividades de Investimentos</b>	<b>(1.088.249)</b>	<b>(748.843)</b>
<b>3 ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos		
Empréstimos obtidos (pela constituição)		
Aumentos de Capital		
Doações		
Pagamentos		
Empréstimos obtidos (Juros e reembolsos)		
Amortização de contratos de locação financeira		
Dividendos		
<b>Fluxo das atividades de financiamento</b>		
<b>4=1+2+3</b>		
<b>Total do Fluxo de Caixa</b>	<b>(1.683.963)</b>	<b>(1.987.209)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3.159.931</b>	<b>5.147.140</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no final do período</b>	<b>1.475.968</b>	<b>3.159.931</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### Demonstração das alterações nos capitais próprios em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Demonstração de variações do Capital Próprio	Capital Social	Reservas de reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		Reserva Legal	Prêmios de emissão	Outras Reservas			
<b>Balanco a 31 de Dezembro 2015</b>	8.500.000	8.658.183	289.271	(2.314.694)	2.321.611	2.500.000	5.683.264	2.779.672	521.424	28.938.731
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
<b>Balanco de abertura alterado</b>	8.500.000	8.658.183	289.271	(2.314.694)	2.321.611	2.500.000	5.683.264	2.779.672	521.424	28.938.731
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(628.491)								(628.491)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			35.169							35.169
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		41.283	(606)							40.677
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				124.345						124.345
Aumento de reservas por aplicação de resultados					52.142					52.142
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								469.282	(521.424)	(52.142)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							(6.538)			(6.538)
<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	(587.208)	34.563	124.345	52.142	-	(6.538)	469.282	(521.424)	(434.838)
Resultado líquido do período									330.738	330.738
Distribuição antecipada de lucros										
<b>Balanco a 31 de Dezembro 2016</b>	8.500.000	8.070.975	323.834	(2.190.349)	2.373.753	2.500.000	5.676.726	3.248.954	330.738	28.834.631
Correções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
<b>Balanco de abertura alterado</b>	8.500.000	8.070.975	323.834	(2.190.349)	2.373.753	2.500.000	5.676.726	3.248.954	330.738	28.834.631
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.573.446)								(1.573.446)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			33.234							33.234
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		83.895	(5.080)							78.815
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				319.514						319.514
Aumento de reservas por aplicação de resultados					33.074					33.074
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								297.664	(330.738)	(33.074)
Outros ganhos/perdas reconhecidas diretamente no capital próprio							12.438			12.438
<b>Total das variações do capital próprio</b>	-	(1.489.551)	28.154	319.514	33.074	-	12.438	297.664	(330.738)	(1.129.445)
Resultado líquido do período									583.757	583.757
Distribuição antecipada de lucros										
<b>Balanco a 31 de Dezembro 2017</b>	8.500.000	6.581.424	351.988	(1.870.835)	2.406.827	2.500.000	5.689.164	3.546.618	583.757	28.288.943

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

## Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016

### ÍNDICE

1. **Introdução**
2. **Informação por Segmentos**
3. **Políticas Contabilísticas**
4. **Gestão de Riscos**
5. **Notas ao Balanço**
  - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
  - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
  - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
  - NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
  - NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda
  - NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
  - NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
  - NOTA 8 – Afetação dos Investimentos
  - NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e Inventários
  - NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
  - NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
  - NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
  - NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
  - NOTA 14 – Provisões Técnicas
  - NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
  - NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
  - NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
  - NOTA 18 – Capital Próprio
  - NOTA 19 – Reserva Legal
  - NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
  - NOTA 21 – Elementos extra patrimoniais
6. **Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
  - NOTA 22 – Prémios de contratos de seguro
  - NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento
  - NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos
  - NOTA 25 – Gastos Financeiros
  - NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
  - NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
  - NOTA 28 – Perdas de Imparidades

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 30 – Outras Provisões
- NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 32 – Gastos diversos por função
- NOTA 33 – Gastos com o pessoal

7. **Eventos subsequentes à data de encerramento**
8. **Justo Valor de ativos e passivos financeiros**
9. **Alterações das Políticas Contabilísticas**
10. **Inventário de Títulos e Participações Financeiras**



RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO



INFORMAÇÃO FINANCEIRA



RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

## 1. Introdução

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como

objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

## 2. Informação por Segmentos

### Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, temos:

(Un.: Euros)

RELATÓRIO POR SEGMENTOS	2017			2016		
	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Gestão de Fundos de Pensões
Prémios brutos emitidos	33.262.434			34.713.111		
Prémios de resseguro cedido	(3.706.623)			(3.092.684)		
Prémios brutos adquiridos	33.120.046			34.624.602		
Comissões cobradas de contratos	-	381.475	206.943	-	422.868	181.821
Resultados dos investimentos	6.022.892	(1.040.491)		5.259.362	(1.474.404)	
Custos com sinistros brutos	(32.294.461)	-		(32.551.857)	-	
Custos de exploração brutos	(8.196.067)	(179.555)	(283.835)	(7.973.950)	(188.284)	(291.529)
Resultado técnico	1.333.150	(838.572)	(135.143)	1.613.962	(1.239.821)	(262.976)
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	200.456.089	27.376.119		205.564.710	29.467.221	
Provisões técnicas	175.387.014	27.376.119		181.294.829	29.467.221	

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### 3. Políticas Contabilísticas

#### Bases de apresentação

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos

respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2017 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de março de 2018.

#### Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

relativa ao exercício anterior apresentada nos comprovativos.

### **Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias**

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2017 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

### **Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos**

#### **Classificação dos Contratos de Seguros**

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada

Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

#### *(i) Provisão matemática*

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atual dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cash-flows* futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

#### *(ii) Provisão para prémios não adquiridos*

De acordo com o disposto no Decreto-lei nº94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis.

um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* por cada contrato em vigor.

*(iii) Provisão para sinistros*

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

*(iv) Provisão para Participação nos Resultados*

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

*(iv) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)*

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros

afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

*(vi) Comissões de mediação*

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

**Terrenos e edifícios**

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

#### **Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos**

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

*Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

#### **Ativos financeiros**

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

*Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento*

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

*Mensuração subsequente*

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

#### *Transferências entre categorias*

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

#### *Imparidade*

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

##### Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida:

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

##### Títulos de rendimento fixo

1 - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

2- Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

#### Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

#### Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

#### Ativos Tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo - 12,5%
- Máquinas e ferramentas - 12,5% a 25%
- Equipamento informático - 25% e 33%
- Instalações interiores - 10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

#### Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

#### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

### Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito

às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

### Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

#### *Plano de contribuição definida*

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

#### *Plano de benefício definido*

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

#### *Prémio de permanência*

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de  
Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros

permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

#### *Bónus*

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

#### **Impostos sobre lucros**

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

### Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

### Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

### Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de

*Locações financeiras - como locatário*

ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

### Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

#### *Locações operacionais*

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Os contratos de locação financeira são registrados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### **Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras**

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

#### **Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda**

##### *Títulos de rendimento variável*

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

##### *Títulos de rendimento fixo*

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### **Impostos sobre os lucros**

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação

haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

#### **Pensões e outros benefícios a empregados**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

#### **Provisões técnicas**

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## 4. Gestão de Riscos

### 1. Risco Estratégico

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados. Neste âmbito a VICTORIA realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco.

A este nível a VICTORIA mantém um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a três anos, bem como a curto prazo, na elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, do mercado segurador e financeiro envolvente e na capacidade de aceitar os riscos delineados.

Por outro lado, dada a importância que tem que toda a organização conheça a estratégia delineada, para que a mesma seja seguida por todos, é realizada uma reunião anual transversal à Companhia, onde a mesma é apresentada.

Cabe à Direção de Risco e Planeamento efetuar o acompanhamento do plano e orçamento e alertar para desvios significativos.

Com uma periodicidade mensal, existe um acompanhamento da evolução das ações e orçamento anual, que é analisado na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.

Dando continuidade à implementação do novo regime de Solvência II, destacam-se neste âmbito, atividades que marcaram o ano em análise:

- Desenho e formalização do processo de reporte do pilar III, com identificação da informação, donos da mesma, dependências, prazos;

- Reporte quantitativo anual integral (relembra-se que em 2016 a aplicabilidade de mapas a reportar era parcial);
- Reporte quantitativo trimestral;
- Elaboração do Relatório Periódico de Supervisão integral;
- Primeiro ano de elaboração e disponibilização ao público do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como do relatório mencionado no ponto anterior;
- Revisão da matriz de grandes riscos, alinhando a mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II;
- Elaboração do reporte Avaliação Interna do Risco e da Solvência, permitindo analisar e dando suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 3 anos;
- Criação a nível do grupo de um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, garantindo a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio;
- Processo de formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

### 2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da Companhia. De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores relatório trimestral da evolução das

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do Mercado.

### 3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarificação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.

#### **Políticas de subscrição**

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

#### *Resseguro*

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarificação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

#### *Tarificação*

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

#### *Provisionamento*

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos mais prudentes. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test - LAT*). Este teste é efetuado com os *cash-flows* (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, a Nacional de

Reaseguros, a Scor Global Life, a Mapfre Re e a RGA Re, a Hannover Re e Império Assurances et Capitalisation, SA. Em 2015, iniciou relações com a RNA – Rede Nacional de Assistência, SA para a área de assistência.

Como membro do International Group Program (IGP), a VICTORIA mantém um acordo de resseguro com a seguradora John Hancock (gestor do IGP).

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro	Retenção	Limite de cobertura
Vida Individual	Surplus	100	1.100
Vida Grupo	Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300	8.100

(valores em milhares de euros)

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

Ramo	Prémios 2017			Prémios 2016		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total líquido Resseguro	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total líquido Resseguro
Vida Individual	18.907	489	18.418	20.617	465	20.152
Vida Grupo	14.355	3.217	11.138	14.096	2.628	11.468
<b>Total</b>	<b>33.262</b>	<b>3.706</b>	<b>29.556</b>	<b>34.713</b>	<b>3.093</b>	<b>31.620</b>

(valores em milhares de euros)

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

### Riscos Biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez. O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na

esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos

que constituem a carteira da VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Benefício em caso de morte	Aumento da Mortalidade
	Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Benefício em caso de morte	Aumento da Mortalidade
	Benefício em caso de vida	Crescimento dos custos com sinistros
	Sem possibilidade de ajustamento do prémio	
Rendas	Benefício em caso de vida	Aumento da longevidade
		Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Benefício em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez
		Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

#### Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test* – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

Produtos	Provisão Adicional 2017	Provisão Adicional 2016
Mistos Individual & Grupo	750	750
Rendas	538	538
Financeiros (contratos investimento)	6.355	6.654
Financeiros (contratos seguro)	860	860
<b>Total</b>	<b>8.503</b>	<b>8.802</b>

(valores em milhares de euros)

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate no montante de Euros 3.327.034 (2016: Euros 3.626.651) e em provisão para compromisso de taxa no montante de Euros 5.175.848 (2016: Euros 5.175.848).

O valor apurado em 2017, para a provisão para compromisso resultou num excedente de provisionamento de 650.556€ relativamente ao ano transato, no entanto, face à sensibilidade da carteira à evolução das taxas de juro, decidiu-se manter inalterado o valor registado.

#### **Risco de Descontinuidade**

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

#### **Risco de Despesas**

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing* e provisionamento dos produtos.

#### **Risco Catastrófico**

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Em 2017, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, o risco de taxa de juro como o mais sensível.

#### **Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros**

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

#### 4. Risco de Investimento

O Grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2017, a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma

agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Investimento e ALM, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

(Un: Euros)

2017	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas		591	591	591	
total		591	591	591	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		9.670.000	9.707.071	10.175.545	97.216
De outros emissores públicos					
De outros emissores		1.001.222	1.000.490	1.089.140	39.356
sub-total		10.671.222	10.707.561	11.264.685	136.572
Títulos de rendimento variável					
Ações					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.582.439	
Outros					
sub-total	683.800	-	2.485.953	2.582.439	-
sub-total	683.800	10.671.222	13.193.514	13.847.124	136.572
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		36.220.000	36.874.218	40.061.654	814.161
De outros emissores públicos		22.110.000	22.339.509	23.378.724	149.663
De outros emissores		84.025.000	84.045.700	86.861.492	635.734
sub-total		142.355.000	143.259.427	150.301.870	1.599.558
Títulos de rendimento variável					
Acções	408		46.765	45.620	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	29.595		26.075.589	26.171.068	
Outros					
sub-total	30.003	-	26.122.354	26.216.688	-
sub-total	30.003	142.355.000	169.381.781	176.518.558	1.599.558
total	713.803	153.026.222	182.575.295	190.365.682	1.736.130

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

2017	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				8.139.600	19.115
Depósitos a Prazo				282.574	-
Contas a receber				181.903	-
total				<b>8.604.077</b>	<b>19.115</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>713.803</b>	<b>153.026.813</b>	<b>182.575.886</b>	<b>198.970.350</b>	<b>1.755.245</b>

(Un: Euros)

2016	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas		591	591	591	
total		<b>591</b>	<b>591</b>	<b>591</b>	
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		7.977.000	7.829.056	7.781.855	79.688
De outros emissores públicos					
De outros emissores		1.001.222	1.000.731	1.121.170	39.365
sub-total		8.978.222	8.829.787	8.903.025	119.053
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.583.602	
Outros					
sub-total	683.800	-	2.485.953	2.583.602	-
sub-total	683.800	8.978.222	11.315.740	11.486.627	119.053
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		38.220.000	39.225.782	43.611.402	878.077
De outros emissores públicos		23.110.000	23.403.971	24.657.647	153.128
De outros emissores		84.070.000	84.184.270	87.115.263	654.954
sub-total		145.400.000	146.814.023	155.384.312	1.686.159
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	43.764		29.525.838	29.694.557	
Outros					
sub-total	43.764	-	29.525.838	29.694.557	-
sub-total	<b>43.764</b>	<b>145.400.000</b>	<b>176.339.861</b>	<b>185.078.869</b>	<b>1.686.159</b>
total	<b>727.564</b>	<b>154.378.222</b>	<b>187.655.601</b>	<b>196.565.496</b>	<b>1.805.212</b>
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				9.210.256	21.264
Depósitos a Prazo				282.574	-
total				<b>9.492.830</b>	<b>21.264</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>727.564</b>	<b>154.378.813</b>	<b>187.656.192</b>	<b>206.058.917</b>	<b>1.826.476</b>

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un.: milhares Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	204.358	175.388	116,5%
Uls	27.376	27.376	100,1%
Livres	1.819	n.a	
<b>TOTAL</b>	<b>233.553</b>	<b>202.764</b>	<b>115,1%</b>

Em dezembro de 2017, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 115,1% (2016: 113,4%).

### Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade. O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os *ratings*:

- Valores Mobiliários

(Un.: Euros)

Rating Médio	2017	%	2016	%
AAA	18.640.499	9,3%	25.977.265	12,5%
AA	47.548.080	23,7%	47.424.987	22,8%
A	50.811.129	25,3%	51.261.510	24,7%
BBB	26.075.741	13,0%	24.629.474	11,8%
BB	11.774.532	5,9%	9.357.336	4,5%
B	2.873	0,0%	1.443	0,0%
CCC	-	0,0%	-	0,0%
NR	17.073.023	8,4%	16.954.628	8,2%
Instrumentos Representativos de Capital	28.799.718	14,4%	32.278.750	15,5%
<b>Total</b>	<b>200.725.595</b>	<b>100,0%</b>	<b>207.885.393</b>	<b>100,0%</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Durante o corrente ano a evolução positiva da economia europeia levou à quebra do ciclo de descida nos yields de Dívida Soberana. Apesar das taxas em termos históricos estarem em níveis muito baixos, é expectável a médio prazo a recuperação dos yields médio no mercado de obrigações. No segmento de obrigações de empresas, a boa situação económica permitiu que a compressão dos prémios de risco contrabalançasse a subida nas taxas de juro subjacentes fossem gerados retornos positivos. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, traduzindo se numa elevada qualidade de crédito: Cerca de 71,2% da carteira possui qualidade de *investment grade*, face a 71,8% em 2016. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos manteve-se estável nos 21,0 milhões de euros (2016: 20,9) o que corresponde a 10,9% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Portugal: 5,3%; Itália: 3,9% e Espanha: 1,6%.

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. adotaram-se os seguintes critérios:

iii) ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos *cash flows* futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);

-Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

- i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;
- ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos,

-As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;

-Os depósitos e instrumentos representativos de dívida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

- *Resseguradoras*

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Em 2017, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

- *Mediadores*

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes. No ano 2017, em linha com o que se tem vindo a registar, manteve-se o nível (ligeiramente inferior face ao período homólogo) de atribuição de poder de cobrança.

Com uma periodicidade mensal, são elaborados e acompanhados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes vs antiguidade da dívida e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;

90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;

45% dos planos de pagamento em vigor e que estão a ser cumpridos

30% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

- *Tomadores de Seguro*

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

#### **Risco spread e Risco de Liquidez**

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros.

(Un.: Euros)

Maturidades	2017	%	2016	%
<1 ano	31.118.172	15,5%	12.176.787	5,9%
1 a 2 anos	33.971.694	16,9%	32.611.636	15,7%
3 a 5 anos	61.900.083	30,8%	78.580.406	37,8%
6 a 10 anos	40.110.633	20,0%	47.766.992	23,0%
> 10 anos	4.825.295	2,4%	4.470.822	2,2%
Instrumentos Representativos de Capital	28.799.718	14,3%	32.278.750	15,5%
<b>Total Geral</b>	<b>200.725.595</b>	<b>100,0%</b>	<b>207.885.393</b>	<b>100,0%</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da Política de Investimentos.

De acordo com os *cash-flows* operacionais estimados para 2018, a Companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 25 milhões de euros. Os ativos

financeiros existentes no final de 2017, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 32 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 7,2 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2018	
<b>Cash-flows do Ativo</b>	<b>32.713.257</b>
Amortizações	29.600.000
Juros	3.113.257
<b>Cash-flows do Passivo</b>	<b>(25.447.382)</b>
Prémios (negócio existente)	17.126.357
Reembolsos	(36.581.766)
Outros CF negativos	(5.991.973)
<b>Mismatch Cash-flow ativo/passivo</b>	<b>7.265.875</b>

Este exercício e tal como no ano transato, a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Desta forma o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo desceu de 5,0 para 1,6 milhões de euros (menos de 1% do total dos ativos).

O mercado de dívida pública registou em 2017 uma tendência de subida das taxas de juro de longo prazo no denominado segmento de ativos sem risco (i.e. dívida Refira-se adicionalmente e como instrumento privilegiado de gestão de liquidez, a VICTORIA detém aplicações em fundos de mercado monetário no montante de 11,9 milhões de euros (6,2% da carteira).

#### Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA - Seguros de

soberana de países de muito baixo risco de incumprimento), ainda assim o peso desta classe de ativos manteve-se estável dado o seu valor intrínseco com ativo de elevada liquidez: a exposição em valor de mercado desceu para 51,1 milhões de euros (2016: 52,4), mas em termos de representatividade na carteira subiu 0,2% para 26,6% do total dos investimentos. Destaca-se ainda que cerca de 57% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França).

Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de investimentos. Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

### Margem de Solvência

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade. Nos termos do previsto no RJASR, caso a empresa de seguros verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco. No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com

seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

- Pilar I (requisitos quantitativos)

O regime de Solvência II definiu critérios para a avaliação económica do ativo e do passivo da empresa de seguros, para assim determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital.

O novo regime define agora dois níveis de solvência: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o primeiro nível de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta.

vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

- Pilar II (requisitos qualitativos e supervisão)

O regime de Solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem a empresa, a fiscalizam e são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e função atuarial).

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### Risco de Mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un.: milhares Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	204.358	175.388	116,5%
Uls	27.376	27.376	100,1%
Livres	1.819	n.a	
<b>TOTAL</b>	<b>233.553</b>	<b>202.764</b>	<b>115,1%</b>

Em dezembro de 2017, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 115,1% (2016: 113,4%).

### Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível perda por incumprimento dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito na VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade. O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os *ratings*:

- Valores Mobiliários

(Un.: Euros)

Rating Médio	2017	%	2016	%
AAA	18.640.499	9,3%	25.977.265	12,5%
AA	47.548.080	23,7%	47.424.987	22,8%
A	50.811.129	25,3%	51.261.510	24,7%
BBB	26.075.741	13,0%	24.629.474	11,8%
BB	11.774.532	5,9%	9.357.336	4,5%
B	2.873	0,0%	1.443	0,0%
CCC	-	0,0%	-	0,0%
NR	17.073.023	8,4%	16.954.628	8,2%
Instrumentos Representativos de Capital	28.799.718	14,4%	32.278.750	15,5%
<b>Total</b>	<b>200.725.595</b>	<b>100,0%</b>	<b>207.885.393</b>	<b>100,0%</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### **Risco Operacional**

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2017 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do Grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na ferramenta *eFront*;
- Análise das anomalias reportadas relativas aos sistemas centrais;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.

### **Risco de Conformidade**

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada no Departamento de Gestão de Riscos e Planeamento – área Jurídico e Verificação do

Cumprimento, visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2017 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de “Comunicação VICTORIA”;
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da Companhia;
- Controlo mensal das atividades da entidade de supervisão relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e qualquer ação implementada, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;

Elaboração do relatório anual das atividades desenvolvidas, bem como do plano do próximo ano;

## **5. Notas ao Balanço**

### **NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem**

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(Un.: Euros)

	2017	2016
Caixa e equivalentes	5.804	11.403
Depósitos à ordem	1.470.164	3.148.528
	<b>1.475.968</b>	<b>3.159.931</b>

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Em 2017, os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de Euros 324.853. A existência destes saldos deve-se ao facto da Companhia utilizar como meio de pagamento o cheque e à consequente existência de desfasamento do desconto.

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

#### NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

(Un.: Euros)

Edifícios	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Varição justo valor	Vida útil
<b>De uso próprio</b>					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2017	269.410	215.000	(36.200)	81
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2017	288.999	360.000	76.814	71
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2017	389.122	296.000	10.313	81
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2017	331.976	336.630	42.644	81
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2017	362.297	327.000	(42.948)	11
<b>De rendimento</b>					
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2017	152.931	137.140	(80.723)	63
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2017	25.769.867	27.456.900	2.454.518	98
<b>Total</b>		<b>27.564.602</b>	<b>29.128.670</b>	<b>2.424.418</b>	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un.: Euros)

Terreno s e edifícios	Saldo inicial		Aquisições/ Transferência	Reavaliações	Alienações/ Transferência	Amortizações	Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações					
<b>Uso próprio</b>							
Terrenos	439.199			7.074			446.273
Edifícios	1.071.041			30.666		13.350	1.088.357
Subtotal	<b>1.510.240</b>	-	-	<b>37.740</b>	-	<b>13.350</b>	<b>1.534.630</b>
<b>Rendim ento</b>							
Terrenos	7.197.356			3.119.553			10.316.909
Edifícios	19.118.584			(1.841.453)			17.277.131
Subtotal	<b>26.315.940</b>	-		<b>1.278.100</b>	-	-	<b>27.594.040</b>
<b>Total</b>	<b>27.826.180</b>	-		<b>1.315.840</b>	-	<b>13.350</b>	<b>29.128.670</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram consideradas as avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.

Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, as avaliações realizadas nos últimos dois anos têm registado sucessivas valorizações (Euros 30.000.000 em 2017; Euros 28.850.000 em 2016). Como no ano transato, entendemos que a valorização obtida através das referidas avaliações não traduzem o justo valor do imóvel, tendo em conta os seguintes fatores:

- a previsível inversão do ciclo de yields no mercado imobiliário nomeadamente em Portugal;
- a redução no volume de rendas geradas pelo imóvel - 2017 relativamente a 2015;
- o clima de incerteza refletida no comportamento volátil dos mercados;
- o contexto atual de taxas muito reduzidas que faz com que a taxa de juro, como fator chave para a determinação do justo valor de um imóvel, não seja o melhor indicador para o efeito, devendo deste modo ser questionado o resultado a que conduz e a aderência dos modelos utilizados.

No entanto, perante a nova valorização atribuída ao imóvel em 2017, a Companhia decidiu, mantendo os

pressupostos e convicções anteriormente apresentados, reconhecer uma parte desse valor ficando o mesmo registado por Euros 27.456.900.

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

### NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em Dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada em 2017, ascende a Euros 18.984.230.

### NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Custo de aquisição	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	5.754.952	(31.666)	5.723.286	8.171.240	(113.980)	8.057.260
Títulos de Dívida	21.019.447	(487.632)	20.531.815	20.483.585	(88.357)	20.395.228
Dívida Pública	3.397.573	(361.483)	3.036.090	1.621.394	106.760	1.728.154
De Outros Em. Públicos	4.521.614	8.798	4.530.412	5.564.672	(18.497)	5.546.175
De Outros Emissores	13.008.831	(134.947)	12.873.884	13.214.666	(176.620)	13.038.046
Juros a receber	91.429		91.429	82.853		82.853
<b>Total</b>	<b>26.774.399</b>	<b>(519.298)</b>	<b>26.255.101</b>	<b>28.654.825</b>	<b>(202.337)</b>	<b>28.452.488</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

Setores	2017					2016				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,6%	1.212.150	1.212.150			4,3%	1.213.514	1.213.514		
Bens Consumo, Não Cíclicas	7,6%	2.008.498	2.008.498			8,1%	2.293.622	2.293.622		
Industrial e Matérias Primas	3,8%	1.004.335	1.004.335			2,1%	601.006	601.006		
Comunicações e Tecnologia	4,7%	1.242.059	1.242.059			3,8%	1.095.080	1.095.080		
Utilities	4,3%	1.133.479	1.133.479			4,1%	1.160.389	1.160.389		
Energia	8,5%	2.241.111	2.241.111			7,6%	2.165.129	2.165.129		
Serviços	0,4%	107.035	107.035			0,4%	106.633	106.633		
Financeiro	17,3%	4.541.597	4.541.597			15,7%	4.469.398	4.469.398		
Dívida Soberana	27,0%	7.087.171	7.087.171			25,6%	7.290.458	7.290.458		
Fundo Ações	2,2%	589.349		589.349		2,2%	636.527		636.527	
Fundo Imobiliário	7,0%	1.836.561		1.836.561		6,5%	1.837.387		1.837.387	
Fundo Commodities	0,5%	133.783		133.783		0,1%	34.325		34.325	
Fundo Obrigações	11,9%	3.117.973		3.117.973		19,5%	5.549.020		5.549.020	
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>	<b>26.255.101</b>	<b>20.577.435</b>	<b>5.677.666</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>28.452.488</b>	<b>20.395.229</b>	<b>8.057.259</b>	<b>-</b>

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

#### NOTA 5 – Ativos financeiros disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un.: Euros)

	2017				2016			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	23.136.546	(147.470)	86.765	23.075.841	24.396.680	(313.563)	137.782	24.220.899
Títulos de Dívida	130.289.457	-	6.820.832	137.110.289	131.703.575	-	8.343.260	140.046.835
Dívida Pública	38.254.989		3.340.771	41.595.760	39.684.709		4.384.722	44.069.431
De Outros Emissores Públicos	17.847.839		1.000.473	18.848.312	17.915.739		1.195.733	19.111.472
De Outros Emissores	72.597.160		2.479.588	75.076.748	72.435.582		2.762.805	75.198.387
Juros a receber	1.589.469			1.589.469	1.667.545			1.667.545
<b>Total</b>	<b>153.426.003</b>	<b>(147.470)</b>	<b>6.907.597</b>	<b>160.186.130</b>	<b>156.100.255</b>	<b>(313.563)</b>	<b>8.481.042</b>	<b>164.267.734</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Dos quais:

Setores	2017					2016				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	5,1%	8.196.727	8.196.727			4,3%	7.131.317	7.131.317		
Bens Consumo, Não Cíclicas	9,8%	15.661.126	15.661.126			4,7%	7.672.697	7.672.697		
Industrial e Matérias Primas	3,5%	5.659.999	5.659.999			4,8%	7.818.540	7.818.540		
Comunicações e Tecnologia	3,3%	5.266.619	5.266.619			2,9%	4.771.194	4.771.194		
Utilities	1,3%	2.076.992	2.076.992			1,3%	2.101.543	2.101.543		
Energia	2,8%	4.441.767	4.441.767			2,6%	4.335.311	4.335.311		
Financeiro	23,6%	37.785.200	37.785.200			24,2%	39.682.896	39.682.896		
Serviços	0,5%	749.244	749.244			0,5%	746.430	746.430		
Dívida Soberana	35,8%	57.272.615	57.272.615			40,0%	65.786.907	65.786.907		
Fundo Imobiliário	0,5%	860.841		860.841		0,8%	1.263.456		1.263.456	
Fundo Obrigações	13,9%	22.215.001		22.215.001		14,0%	22.957.443		22.957.443	
<b>Total Geral</b>	<b>100%</b>	<b>160.186.130</b>	<b>137.110.289</b>	<b>23.075.841</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>	<b>164.267.734</b>	<b>140.046.835</b>	<b>24.220.899</b>	

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

#### NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	(Un.: Euros)	
	2017	2016
Outros depósitos – Depósitos a prazo	282.574	282.574
Juros a receber	-	-
Empréstimos concedidos	8.158.715	9.231.520
Empréstimos sobre apólices	311.542	497.138
Outros Empréstimos	7.828.058	8.713.118
Juros a receber	19.115	21.264
Contas a receber	181.903	-
<b>Total</b>	<b>8.623.192</b>	<b>9.514.094</b>

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

#### NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

	2017		2016	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	6.289.409	5.660.581	5.404.302	5.650.486
Dívida Pública	6.234.177	5.605.349	5.349.488	5.595.672
De Outros Emissores Públicos	-	-	-	-
De Outros Emissores	-	-	-	-
Acréscimos de Juros	55.232	55.232	54.814	54.814
<b>Total</b>	<b>6.289.409</b>	<b>5.660.581</b>	<b>5.404.302</b>	<b>5.650.486</b>

No decurso de 2017 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento. Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de

investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a Companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

#### NOTA 8 – Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2017 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un.: Euros)

	2017				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	170.247	300.209	924.154	81.358	1.475.968
Terrenos e Edifícios	15.133.436	12.660.094		1.335.140	29.128.670
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos				591	591
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	26.255.101	-	26.255.101
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação			5.723.286		5.723.286
Títulos de Dívida			20.531.815		20.531.815
Ativos disponíveis para venda	117.083.738	42.902.080	-	200.312	160.186.130
Instrumentos Capital e Uni Participação	19.648.267	3.427.574			23.075.841
Títulos de Dívida	97.435.471	39.474.506		200.312	137.110.289
Investimentos a deter até à maturidade	3.723.371	1.937.210			5.660.581
Títulos de Dívida	3.723.371	1.937.210			5.660.581
Empréstimos concedidos e contas a receber	8.143.754	-	196.864	282.574	8.623.192
Depósitos a Prazo				282.574	282.574
Empréstimos concedidos	8.143.754		14.961		8.158.715
Contas a receber			181.903		181.903
<b>Total</b>	<b>144.254.546</b>	<b>57.799.593</b>	<b>27.376.119</b>	<b>1.899.975</b>	<b>231.330.233</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

(Un.: Euros)

	2016				Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não afetos	
Caixa e equivalentes	194.775	1.995.884	969.272		3.159.931
Terrenos e Edifícios	26.497.590			1.328.590	27.826.180
Investimentos em filiais, associadas e emp. conjuntos				591	591
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	28.452.488	-	28.452.488
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação			8.057.260		8.057.260
Títulos de Dívida			20.395.228		20.395.228
Ativos disponíveis para venda	109.576.156	54.490.570	-	201.008	164.267.734
Instrumentos Capital e Uni Participação	8.447.761	15.773.138			24.220.899
Títulos de Dívida	101.128.395	38.717.432		201.008	140.046.835
Investimentos a deter até à maturidade	3.716.624	1.933.862			5.650.486
Títulos de Dívida	3.716.624	1.933.862			5.650.486
Empréstimos concedidos e contas a receber	9.186.059	-	45.461	282.574	9.514.094
Depósitos a Prazo				282.574	282.574
Empréstimos concedidos	9.186.059		45.461		9.231.520
<b>Total</b>	<b>149.171.204</b>	<b>58.420.316</b>	<b>29.467.221</b>	<b>1.812.763</b>	<b>238.871.504</b>

#### NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un.: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Depreciações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
<b>EQUIPAMENTO</b>									
Equipamento administrativo	1.782.553	(1.776.986)	6.704			(8.442)	(4.212)	8.442	8.059
Máquinas e ferramentas	214.508	(212.887)				(950)	(1.584)	950	37
Equipamento informático	947.669	(877.009)	19.975			(14.911)	(38.574)	14.911	52.061
Instalações interiores	636.325	(564.573)				(2.574)	(18.115)	2.574	53.637
Outro Equipamento	839.408	(839.408)							-
Subtotal	4.420.463	(4.270.863)	26.679			(26.877)	(62.485)	26.877	113.794
<b>PATRIMÓNIO ARTÍSTICO</b>	46.487								46.487
<b>Total</b>	<b>4.466.950</b>	<b>(4.270.863)</b>	<b>26.679</b>			<b>(26.877)</b>	<b>(62.485)</b>	<b>26.877</b>	<b>160.281</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

#### NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	7.136.408	(5.556.378)	368.760		498.807		(406.092)		2.041.505
Ativos intangíveis em curso	661.364		692.811		(498.807)				855.368
Outros									
<b>TOTAL</b>	<b>7.797.772</b>	<b>(5.556.378)</b>	<b>1.061.571</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(406.092)</b>	<b>-</b>	<b>2.896.873</b>

#### NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Operações de seguro direto		
Tomadores de Seguros	739.383	1.435.605
Mediadores de Seguros	267.687	48.023
Imparidade	(31.822)	(191.652)
Subtotal	975.248	1.291.976
Operações de resseguro		
Resseguradores e Ressegurados	577.780	224.909
Imparidade	(17.471)	(8.916)
Subtotal	560.309	215.993
Outras operações		
Outros Devedores	2.109.535	2.158.246
Imparidade	(154.253)	(154.253)
Subtotal	1.955.282	2.003.993
<b>Total</b>	<b>3.490.839</b>	<b>3.511.962</b>

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior

eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:

1

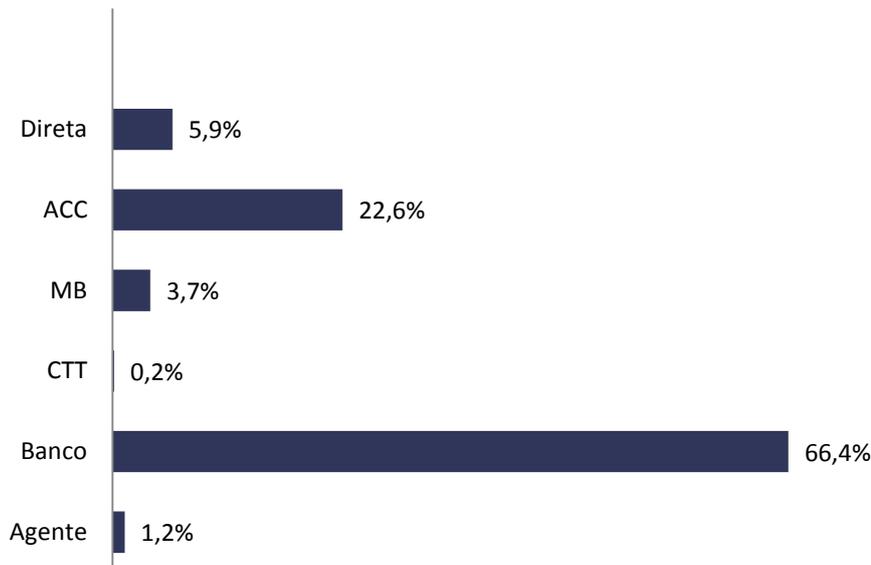
RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO



A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita essencialmente a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 34.834 (2016: Euros 261.376).

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.433.865 (2016: Euros 1.265.801).

#### **NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo**

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida –

Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida,

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016 são como segue:

	(Un.: Euros)	
	2017	2016
Benefícios de pós emprego	888.567	899.976
Outros Benefícios de longo prazo	(135.663)	(152.780)
	<b>752.904</b>	<b>747.196</b>

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As Obrigações com benefícios dos empregados estão constituídas através dos Planos abaixo descritos

#### Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de

junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange 99 pessoas, entre participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016., são como segue:

	(Un.: Euros)	
	2017	2016
<b>Responsabilidade por benefícios</b>	470.132	456.248
<b>Justo valor dos ativos do fundo</b>	470.132	456.248
<b>Ativos/(Responsabilidades) líquidas em balanço</b>	-	-

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como se segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
<b>Ativos do Plano a 01 de janeiro</b>	<b>456.248</b>	<b>460.745</b>
Contribuições do empregador	52.549	42.359
Rendimentos e Ganhos financeiros Líquidos	11.396	5.635
Benefícios pagos	(46.242)	(49.415)
Entrada/saídas do plano	-	(299)
Outras receitas/encargos	(3.819)	(2.777)
<b>Ativos do Plano a 31 de dezembro</b>	<b>470.132</b>	<b>456.248</b>

A taxa de rendimento bruta obtida em 2017 foi de 2,27% (1,17% em 2016).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

### Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido, não registou qualquer alteração relativamente ao ano transato e tem as seguintes características:

(Un.: Euros)

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	4	2.880 €	720 €	73

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2017 e 2016, são como segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidades por benefícios	56.331	1.172.974	1.229.305	60.176	1.216.133	1.276.309
Justo valor dos ativos do fundo	967.238	1.014.972	1.982.210	952.767	1.006.726	1.959.493
<b>Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço</b>	<b>910.907</b>	<b>(158.002)</b>	<b>752.905</b>	<b>892.591</b>	<b>(209.407)</b>	<b>683.184</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 1 de janeiro	60.176	1.216.133	1.276.309	59.866	1.175.771	1.235.637
Custo do serviço corrente		4.477	4.477		5.001	5.001
Custo de juros	953	22.351	23.304	1.337	26.255	27.592
(Ganhos) e perdas atuariais	(1.954)	(2.357)	(4.311)	1.817	63.524	65.341
Benefícios pagos	(2.844)	(67.630)	(70.474)	(2.844)	(54.418)	(57.262)
<b>Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro</b>	<b>56.331</b>	<b>1.172.974</b>	<b>1.229.305</b>	<b>60.176</b>	<b>1.216.133</b>	<b>1.276.309</b>

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida, a prémio

único, junto da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A e da MetLife.

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é analisada como se segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Ativos do plano em 1 de janeiro	952.767	1.006.726	1.959.493	942.783	995.349	1.938.132
Retorno esperado dos ativos	3.808	(6.040)	(2.232)	(4.148)	(11.426)	(15.574)
Ganhos e (perdas) atuariais	13.506	17.903	31.409	16.976	19.988	36.964
Contribuições do empregador		64.013	64.013		57.233	57.233
Benefícios pagos	(2.843)	(67.630)	(70.473)	(2.844)	(54.418)	(57.262)
<b>Ativos do plano em 31 de dezembro</b>	<b>967.238</b>	<b>1.014.972</b>	<b>1.982.210</b>	<b>952.767</b>	<b>1.006.726</b>	<b>1.959.493</b>

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são como segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente		4.477	4.477		5.000	5.000
Custo de juros	953	22.351	23.304	1.337	26.255	27.592
Retorno esperado dos ativos	(3.808)	6.040	2.232	4.148	11.427	15.575
Ganhos e perdas atuariais		(23.283)	(23.283)		21.839	21.839
<b>Total do custo do ano</b>	<b>(2.855)</b>	<b>9.585</b>	<b>6.730</b>	<b>5.485</b>	<b>64.521</b>	<b>70.006</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

(Un: Euros)

	2017		2016	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,42%	20.334	1,44%	20.293
Fundos de Investimento em Ações	11,16%	160.374	10,37%	146.029
Fundos de Investimento em Obrigações	52,33%	751.827	36,38%	512.347
Obrigações de Taxa Variável	9,50%	136.540	18,60%	261.943
Obrigações de Taxa Fixa	23,93%	343.815	31,69%	446.297
Mercado Monetário	1,65%	23.765	1,52%	21.390
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.436.654</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.408.299</b>

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros 17.314.

Os ganhos e perdas atuariais em 2017 e 2016 são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2017			2016		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	26.136	(243.245)	(217.109)	10.977	(221.548)	(210.571)
Ganhos e (perdas) atuariais das responsabilidades	1.954	(20.925)	(18.971)	(1.817)	(41.685)	(43.502)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	13.506	17.903	31.409	16.976	19.988	36.964
<b>Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro</b>	<b>41.596</b>	<b>(246.267)</b>	<b>(204.671)</b>	<b>26.136</b>	<b>(243.245)</b>	<b>(217.109)</b>

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2017	2016
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	1,62%	1,58%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016	2015	2014	2013
Responsabilidades por benefícios	1.229.305	1.276.309	1.235.637	1.262.139	1.061.822
Justo valor dos ativos do fundo	1.982.210	1.959.493	1.938.132	1.815.207	1.809.145
<b>Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço</b>	<b>752.905</b>	<b>683.184</b>	<b>702.495</b>	<b>553.068</b>	<b>747.323</b>

### NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

Para o cálculo dos impostos diferidos, foi tido em consideração a alteração da taxa de imposto de 23% para 21%, que entrou em vigor a 01.01.2015.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un.: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Investimentos Financeiros	238	238	(301.193)	(248.408)	(300.955)	(248.170)
Benefícios a empregados	30.524	34.375	-	-	30.524	34.375
Provisões	115.169	118.432	-	-	115.169	118.432
Imóveis	115.256	3.650	(185.217)	(18.229)	(69961)	(14.579)
Prejuízos Fiscais	659.047	354.329	-	-	659.047	354.329
<b>Impostos diferidos ativos / (passivos)</b>	<b>920.234</b>	<b>511.026</b>	<b>(486.410)</b>	<b>(266.637)</b>	<b>433.824</b>	<b>244.388</b>

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un.: Euros)

	2017			2016		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total
Investimentos Financeiros		(52.785)	(52.785)	-	(26.664)	(26.664)
Benefícios a empregados	(3.851)		(3.851)	6.658		6.658
Provisões	(3.263)		(3.263)	(42.589)		(42.589)
Imóveis	(54.008)	(1.374)	(55.382)	(19.006)	(6.208)	(25.214)
Prejuízos fiscais	304.718		304.718	88.794	-	88.794
<b>Impostos Diferidos Ativos / (passivos)</b>	<b>243.596</b>	<b>(54.159)</b>	<b>189.437</b>	<b>33.857</b>	<b>(32.871)</b>	<b>985</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMA, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento.

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é de Euros 1.546.312, acrescido do valor espectável para o presente exercício.

Para a avaliação e reconhecimento de IDA, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2017 e 2016 é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Imposto corrente	(40.679)	(194.193)
Imposto diferido	(98.061)	33.857
<b>Imposto Exercício</b>	<b>(138.740)</b>	<b>(160.336)</b>

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016	Varição
<b>Imposto corrente</b>	<b>(1.550.039)</b>	<b>(1.923.711)</b>	<b>373.673</b>
Investimentos financeiros	(1.477.406)	(1.865.340)	387.934
Imóveis	(72.633)	(58.372)	(14.261)
<b>Imposto diferido</b>	<b>(320.796)</b>	<b>(266.637)</b>	<b>(54.159)</b>
Investimentos financeiros	(301.192)	(248.408)	(52.784)
Imóveis	(19.604)	(18.229)	(1.375)
<b>Total imposto reconhecido reservas</b>	<b>(1.870.835)</b>	<b>(2.190.349)</b>	<b>319.514</b>

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
RESULTADO ANTES IMPOSTO	722.497	491.074
Taxa Imposto	22,50%	22,50%
Imposto Calculado com base taxa imposto	(162.562)	(110.492)
Imposto Diferido Ativo - utilização	32.016	
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	29.605	
Outros proveitos e custos excluídos tributação	2.880	(12.868)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46		
Imposto Autónomo (Trib. Autónoma +Derrama)	(40.679)	(36.976)
Imposto do Exercício (Corrente + Diferido)	(138.740)	(160.336)

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

#### NOTA 14 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisadas como segue:

(Un.: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor de balanço 2017	Valor de balanço 2016
<b>Provisões técnicas de seguro direto</b>	<b>176.802.224</b>	<b>1.415.210</b>	<b>175.387.014</b>	<b>181.294.829</b>
Provisão matemática	159.436.315	1.320.618	158.115.697	163.027.317
Provisão para prémios não adquiridos	1.168.625	94.592	1.074.033	938.624
Provisão para sinistros	7.442.677		7.442.677	7.729.091
Provisão participação resultados	3.578.759		3.578.759	4.423.949
Provisão para compromissos taxa	5.175.848		5.175.848	5.175.848
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	<b>325.032</b>		<b>325.032</b>	<b>394.124</b>
Provisão matemática	-		-	-
Provisão para sinistros	325.032		325.032	394.124

#### Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un.: Euros)

Provisão Matemática	2017	2016
Seguros de Vida		
Contratos com participação nos resultados		
Carteira Antiga	7.621	8.535
Carteira Nova		
Individual	67.944.116	75.573.165
Produtos Financeiros Individuais	15.375.755	15.938.539
Rendas Individual	251.123	255.053
Rendas Grupo	4.760.456	5.043.969
Grupo Tradicionais	3.656.018	3.785.516
Produtos Financeiros Grupo	42.068.648	38.002.121
Contratos sem participação nos resultados		
Carteira Antiga	105	146
Rendas Individual	2.548.096	2.379.653
Rendas Grupo	18.176.725	18.413.969
Risco		
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	3.327.034	3.626.651
<b>Total</b>	<b>158.115.697</b>	<b>163.027.317</b>

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se

reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.327.034 (2016: Euros 3.626.651) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

	2017	2016
Seguros de Vida	2.147.714	2.147.714
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.028.134	3.028.134
<b>Total</b>	<b>5.175.848</b>	<b>5.175.848</b>

Este teste é efetuado com os *cash-flows* (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. Em resultado dos testes efetuados a 2017 e 2016, verificou-

se que os níveis de provisionamento são superiores aos necessários, no entanto, e face à sensibilidade desta provisão à evolução das taxas de juro, prudentemente, optou-se pela manutenção dos valores anteriormente registados.

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

#### Seguro Individual

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
<b>Seguros de Renda</b>			
Rendas Certas-Amortizações	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
<b>Seguros de Capital</b>			
Prazo Fixo	n.a.	4%	Provisão Matemática
Mistos	AF	3,5%	Provisão Matemática

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	GKM 80	2,75%	Provisão Matemática
	GKM 80	2%	Provisão Matemática
Temporários	PM 46/49	3,5%	Provisão Matemática
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 0,5%	Provisão Matemática
Investimento Programado		0,25%	Provisão Matemática
Confiança PPR		0,25%	Provisão Matemática
PPR Novo Valor		3,5%	Provisão Matemática
Valor Mais PPR		3,5%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Garantia Valor PPR/E		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Garantia Rendimento		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
Invest		4%	Passivo Financeiro
PPR Valorização		4%	Passivo Financeiro
PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a	Passivo Financeiro
BlueCrow Capital	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

### Seguro Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
<b>Seguros de Renda</b>			
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
	H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
<b>Seguros de Capital</b>			
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%	Provisão Matemática
Misto	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%	Passivo Financeiro
	GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%	Provisão Matemática
Lifepan Investment	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

#### Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 387.743

(2016: Euros 571.927), relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2017 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2017 é analisado como segue:

(Un.: Euros)

Provisão para sinistros em 31-12-2016	Montantes pagos no exercício <sup>(1)</sup>	Provisão para sinistros em 31-12-2017 <sup>(1)</sup>	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores
7.729.091	1.954.482	4.929.240	(845.369)

(1) referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2017, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

#### Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos

de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;

- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

Para o exercício de 2017, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(Un.: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Alteração do Justo Valor por Reservas	Alteração do Justo Valor por Resultados	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	344		0%	-
Carteira Nova				
Individual	3.891.340	428.772	9%	388.810
Rendas Individual	20.952		0%	
Rendas Individual (novas bases técnicas)	3.465		0%	
PPR Confiança	-		0%	
Rendas Grupo	225.750		0%	
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	222.665		0%	
Grupo Tradicionais	165.185		1%	2.147
VICTORIA Vantagem Investimento	1.288.226	117.774	0%	-
<b>Total</b>	<b>5.817.927</b>	<b>546.546</b>		<b>390.957</b>

A percentagem a atribuir por modalidade é determinada tendo por base os valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2015 a 2017).

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2017, é a seguinte:

(Un.: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento Benefícios	
Carteira Antiga	41.593	88	409	-	41.272
Carteira Nova					
Individual	754.523	61.373	320.908	12.769	482.219
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2.857.267	1.962.514	2.475.590	-	2.344.191
VICTORIA Vantagem Investimento	78.546	52.839	1.541	70.562	59.282
<b>Total</b>	<b>3.992.767</b>	<b>2.076.814</b>	<b>2.798.448</b>	<b>83.331</b>	<b>3.187.802</b>

#### NOTA 15 – Passivos Financeiros de contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No

entanto, e pelo facto de, em termos contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a Companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(Un.: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
<b>Valor inicial</b>	29.073.236	393.985	29.467.221
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.590.107	9.291	1.599.398
Montantes pagos	4.861.487	29.691	4.891.178
Rendimento (gastos)	1.620.348	21.921	1.642.269
Encargos de Gestão	362.388	9.387	371.775
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(69.816)	-	(69.816)
<b>Valor final</b>	<b>26.990.000</b>	<b>386.119</b>	<b>27.376.119</b>

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

#### NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Operações de seguro direto		
Tomadores de Seguros	4.325.621	3.521.102
Mediadores de Seguros	479.946	296.760
Co-Seguradores	345.864	139.561
Subtotal	5.151.431	3.957.423
Operações de resseguro		
Resseguradores	20.466	4.501
Outras operações		
Outros Credores	1.320.369	1.150.435
<b>Total</b>	<b>6.492.266</b>	<b>5.112.359</b>

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 3.494.006 (2016: Euros 3.121.928) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros

558.581 (2016: Euros 227.815) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

#### NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

- **Acréscimos e diferimentos no Ativo**

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(Un.: Euros)

	2017	2016
Rendas e Alugueres	39.181	38.781
Outros acréscimos e diferimentos	352.093	387.797
<b>Total</b>	<b>391.274</b>	<b>426.578</b>

• **Acréscimos e diferimentos no Passivo**

(Un.: Euros)

	2017	2016
Férias e subsídio de férias	566.190	525.457
Outros encargos com pessoal	-	-
Incentivos comerciais	629.739	506.098
Rendas e alugueres	268.470	260.533
Outros acréscimos e diferimentos	464.840	286.648
<b>Total</b>	<b>1.929.239</b>	<b>1.578.736</b>

**NOTA 18 – Capital Próprio**

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho, a Empresa procedeu a um aumento do capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2017, as seguintes alterações:

(Un.: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros	8.481.042	(1.934.455)	361.010	6.907.597
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	137.782	(87.841)	36.824	86.765
Títulos de Dívida	8.343.260	(1.846.614)	324.186	6.820.832
Dívida Pública	4.384.722	(1.057.387)	13.436	3.340.771
De Outros Emissores Públicos	1.195.733	(199.849)	4.589	1.000.473
De Outros Emissores	2.762.805	(589.378)	306.161	2.479.588
Terrenos e Edifícios	344.949	33.234	-	378.183
<b>Total</b>	<b>8.825.991</b>	<b>(1.901.221)</b>	<b>361.010</b>	<b>7.285.780</b>
Provisão participação nos resultados atribuir ("Shadow")	(431.182)	78.815	-	(352.367)
<b>Total</b>	<b>8.394.809</b>	<b>(1.822.406)</b>	<b>361.010</b>	<b>6.933.413</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### NOTA 19 – Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

### NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas

As demonstrações financeiras da sociedade são consolidadas na VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A..

No decurso de 2017, a VICTORIA tinha como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMA.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un.: Euros)

	Victoria Internacional - SGPS	Victoria- Seguros, S.A	Selicomi	ASEFA	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
<b>GANHOS E PERDAS</b>							
Prémios Adquiridos de Seguro Direto				194.758			
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido							-14.170
Rendimentos de investimentos			446.523				
<b>Total dos Proveitos</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>446.523</b>	<b>194.758</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-14.170</b>
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg							-1.963
Custos com sinistros - parte dos resseguradores							-12.875
Variação Provisões Técnicas							
Outros Gastos Gerais e Administrativos	108.643			2.650	135.355	30.000	0
<b>Total dos Custos</b>	<b>108.643</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.650</b>	<b>135.355</b>	<b>30.000</b>	<b>-14.838</b>
Líquido Proveitos/ (Custos) 2017	-108.643	0	446.523	192.108	-135.355	-30.000	668
Líquido Proveitos/ (Custos) 2016	-108.279	0	403.410	-2.935	-140.887	0	4.386
<b>BALANÇO</b>							
<b>Activo</b>							
Empréstimos e contas a receber			7.847.173				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro e ou	1.433.865						
<b>Total do Activo</b>	<b>1.433.865</b>	<b>0</b>	<b>7.847.173</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Passivo</b>							
Passivos Subordinados							
Depósitos recebidos de resseguradores							
Outros Credores por operações de seguro e outras		558.581					3.829
<b>Total do Passivo</b>	<b>0</b>	<b>558.581</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.829</b>
Líquido Activo / (Passivo) 2017	1.433.865	-558.581	7.847.173	0	0	0	-3.829
Líquido Activo / (Passivo) 2016	1.265.801	-62.048	8.734.382	0	0	0	-4.498

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

#### NOTA 21 – Elementos extra patrimoniais

- **Compromissos com locação operacional**

Em 31 de dezembro de 2017, os compromissos financeiros assumidos pela Companhia com contratos de manutenção e aluguer operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros

(Un.: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2018	82.263
2019	53.143
2020	12.684
2021	1.906
<b>Total</b>	<b>149.996</b>

- **Compromissos por garantias prestadas**

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2017 e 2016, são analisadas como segue:

(Un.: Euros)

Natureza da Garantia	2017	2016
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Direção Geral de Contribuições e Impostos	282.574	282.574
<b>Total</b>	<b>282.574</b>	<b>282.574</b>

- **Fundos de Pensões**

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Companhia era de Euros 31.654.153 (2016: Euros 29.740.814), dos quais Euros 2.164.394 (2016: Euros 2.108.853) têm taxa garantida.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

## 6. Notas à Conta de Ganhos e Perdas

### NOTA 22 – Prémios de contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

(Un.: Euros)

Prémios brutos emitidos de seguro direto	2017	2016
Relativos a contratos individuais	18.906.982	20.616.620
Relativos a contratos de grupo	14.086.559	13.463.208
Relativos a contratos de grupo em LPS	268.893	633.283
	<b>33.262.434</b>	<b>34.713.111</b>
Periódicos	17.807.907	18.977.541
Periódicos em LPS	268.893	633.283
Não Periódicos	15.185.634	15.102.287
	<b>33.262.434</b>	<b>34.713.111</b>
De contratos sem participação nos resultados	4.149.887	4.539.309
De contratos com participação nos resultados	28.843.654	29.540.519
De contratos com participação nos resultados em LPS	268.893	633.283
	<b>33.262.434</b>	<b>34.713.111</b>
Saldo de resseguro	<b>(444.580)</b>	<b>(700.557)</b>

A VICTORIA iniciou em 2016, junto das autoridades competentes, o processo de autorização para explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida. O impacto desse negócio, na receita de prémios de 2017 foi de 268.893€ (em 2016: 633.283€).

### NOTA 23 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Encargos de subscrição	10.158	11.305
Comissão de gestão	371.317	411.563
	<b>381.475</b>	<b>422.868</b>

### NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III.

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(Un.: Euros)

	2017	2016
Terrenos e Edifícios	1.989.678	1.979.972
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Associadas	150.166	119.287
Ativos financeiros detidos para negociação		-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	227.643	222.686
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	5.754	13.033
Títulos de Dívida	221.889	209.653
Ativos disponíveis para venda	3.000.553	3.260.633
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação		-
Títulos de Dívida	3.000.553	3.260.633
Empréstimos concedidos e contas a receber	303.469	328.069
Depósitos	236	356
Empréstimos concedidos	303.233	327.713
Investimentos a deter até à maturidade	173.970	133.000
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	-	-
Títulos de Dívida	173.970	133.000
<b>TOTAL</b>	<b>5.845.479</b>	<b>6.043.647</b>

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

#### NOTA 25 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

#### NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Ativos disponíveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	10.783	4.368
Títulos de dívida	9.003	273.415
<b>Subtotal</b>	<b>19.786</b>	<b>277.783</b>
Terrenos e Edifícios	1.282.606	(68.591)
	<b>1.302.392</b>	<b>209.192</b>

#### NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

(Un.: Euros)

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

	2017		2016	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação				
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	25.875	519.298	(29.848)	202.337
Instrumentos de Capital e Unid Participação	28.743	31.666	(15.971)	113.980
Títulos de Dívida	(2.868)	487.632	(13.877)	88.357
<b>Total</b>	<b>25.875</b>	<b>519.298</b>	<b>(29.848)</b>	<b>202.337</b>

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(Un: Euros)

	2017	2016
Gastos em passivos	(1.761.484)	(2.812.782)
Ganhos em passivos	119.214	1.326.577
<b>Total</b>	<b>(1.642.270)</b>	<b>(1.486.205)</b>

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se

encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

#### NOTA 28 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

A imparidade reconhecida respeita a ativos classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários. O decréscimo verificado é resultado da venda dos referidos ativos.

#### NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016		2017	2016
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro	-	-
Por gestão Fundos de Pensões	58.251	153.269	Por gestão Fundos de Pensões	206.943	181.821
Por outros	-	19	Por outros	23.435	12.957
Subtotal	58.251	153.288	Subtotal	230.378	194.778
<b>Total</b>	<b>172.127</b>	<b>41.490</b>			

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### NOTA 30 – Outras Provisões (Variações)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da Companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui

ainda uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un.: Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	386.479	1.958	29.696	19.137	339.604

### NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016		2017	2016
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	1.888	-	Restituição impostos	-	145.540
Quotizações diversas e donativos	787	1.985	Outros rendimentos e ganhos	51.447	80.687
Outros gastos e perdas	33.080	40.187			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	1.167	86	Juros obtidos		
Outros gastos e perdas	13.415	15.066	Outros rendimentos e ganhos		
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	119.293	De recibos por cobrar	151.344	
De créditos de cobrança duvidosa	-	24.429	De créditos de cobrança duvidosa	19.026	
Perdas em Ativos Tangíveis			Outros	22.785	998
Subtotal	50.337	201.046		244.602	81.685
<b>Total</b>	<b>194.265</b>	<b>(119.361)</b>			

### NOTA 32 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un.: Euros)

	2017	2016
Despesas com Pessoal	4.808.668	4.609.285
Fornecimento e Serviços Externos	3.464.424	3.499.037
Impostos e Taxas	72.715	65.531
Amortizações do Exercício	481.927	311.668
Juros Suportados	-	-
Comissões	211.811	217.701
<b>Total</b>	<b>9.039.545</b>	<b>8.703.222</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de contas que têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 49.200 Euros, incluindo serviços de garantia de fiabilidade;

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 36.285 Euros;

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 17.466 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(Un.: Euros)

	2017		2016	
	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento	Contratos de Seguro	Contratos de Investimento
Custos com sinistros	1.093.652		1.084.076	
Custos de exploração	6.569.097	165.647	6.300.603	158.466
Custos de aquisição	3.054.279	20.237	2.941.233	19.487
Custos administrativos	3.514.818	145.410	3.359.370	138.979
Custos com investimentos	755.754	171.561	707.859	160.689
Custos Gestão Fundos de Pensões	283.834		291.529	
<b>Total</b>	<b>8.702.337</b>	<b>337.208</b>	<b>8.384.067</b>	<b>319.155</b>

### NOTA 33 – Gastos com o pessoal

#### Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92

de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 94 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2017	Nº Médio de Empregados 2016
Quadros superiores	14	14
Quadros médios	6	7
Profissionais altamente qualificados	24	24
Profissionais qualificados	49	49
Profissionais semi – qualificados	1	1
Estagiários e aprendizes	-	-
<b>Total</b>	<b>94</b>	<b>95</b>

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são analisados como segue:

s) (Un.: Euro)

Rubricas	2017	2016
Remunerações		
dos órgãos sociais	48.958	46.012
do pessoal	3.627.940	3.470.014
Encargos sobre remunerações	863.810	776.092
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	49.258	45.651
Planos de benefício definido	23.846	5.485
Outros benefícios a longo prazo dos empregados		64.521
Benefícios de cessação de emprego		2.010
Seguros obrigatórios	83.377	70.921
Gastos de ação social	35.359	34.289
Outros gastos com pessoal	76.120	94.290
<b>Total de custos com pessoal</b>	<b>4.808.668</b>	<b>4.609.285</b>

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no Grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

(Un.: Euros)

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	3	236.403	277.039
Diretores	9	502.035	418.995
Responsáveis	20	337.659	841.410
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>1.076.097</b>	<b>1.537.444</b>

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

## Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Administrador-Delegado, enquanto membro do Conselho de Administração com funções executivas,

sustenta a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável. Tendo em conta a organização das sociedades do Grupo VICTORIA, o Administrador-Delegado é remunerado nas duas sociedades operacionais.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

(Un.: Euros)

			2017	2016
<b>Conselho de Administração</b>			<b>42.959</b>	<b>40.013</b>
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras remunerações	26.941	26.513
		Bónus Anual	16.018	13.500
<b>Conselho Fiscal</b>			<b>6.000</b>	<b>6.000</b>
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações		
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras remunerações	3.000	3.000
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	3.000	3.000

## 7. Eventos subsequentes à data de encerramento

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida.

Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

## 8. Justo valor de ativos e passivos financeiros

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

#### *Caixa e Depósitos em instituições de crédito*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

*Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação*

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

*Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros*

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

## 9. Alterações de Políticas Contabilísticas

### 9.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

### 9.2 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2017.

- a) **Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Companhia:**

#### **IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7**

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

- b) **Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia:**

#### **IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12**

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto.

#### Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014- 2016, o IASB introduziu a seguinte melhoria, efetiva a partir de 1 de janeiro de 2017:

#### IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, *joint ventures* ou associadas (ou parte do seu interesse em *joint ventures* ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospectivamente

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado),

#### 9.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Companhia não adotou antecipadamente são as seguintes:

##### a) Já endossadas pela UE:

#### IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente,

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

É permitida a aplicação antecipada.

#### Clarificações à IFRS 15

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como reestruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a

(2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requiere que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo

- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a *modified retrospective approach*.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

#### IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

##### Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral

(FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento -a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

##### Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

#### Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

#### Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos,

#### **Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4**

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS

- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 – Locações.

dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.

- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento *forward* de um contrato *forward* e qualquer *spread* base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospectiva e parcialmente prospetiva. É permitida a aplicação antecipada.

9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

### Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.

- Esta predominância deve ser avaliada no início do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada.

Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.

As empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais

### A abordagem da sobreposição

- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1

de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospectivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

### **Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016**

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2014- 2016, o IASB introduziu as seguintes melhorias que devem ser aplicadas retrospectivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018 (é permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada).

### **IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS**

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

### **IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento**

A melhoria veio clarificar que:

- Uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou *joint ventures* ao justo valor através de resultados.
- Se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou *joint venture* que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.

### **IFRS 16 Locações**

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requer que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – “*right-of-use*” ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospectiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach* ou a

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

*modified retrospective approach.*

### **IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto**

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquisa sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida e tem de ser divulgada. As alterações devem ser aplicadas prospectivamente.

### **IFRS Practice Statement 2: Efetuar julgamentos sobre a materialidade**

Às empresas é permitido aplicarem as orientações do Practice Statement (PS) na preparação das demonstrações financeiras que sejam preparadas em qualquer altura após 14 de setembro de 2017.

O PS contém orientações não obrigatórias para as empresas efetuarem julgamentos sobre a materialidade quando preparam as demonstrações financeiras. O PS também ajuda os leitores das demonstrações financeiras a entender como a entidade efetua os seus julgamentos sobre a

subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios.

Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

materialidade quando prepara essas demonstrações financeiras.

O PS contém orientações sobre três áreas principais:

- Características gerais da materialidade.
- Um processo de quatro passos que pode ser usado quando se efetua um julgamento sobre a materialidade na preparação das demonstrações financeiras. Este processo descreve como a entidade avalia se determinada informação é material para o objetivo de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.
- Como efetuar julgamentos sobre a materialidade em circunstâncias específicas, nomeadamente sobre informação de períodos anteriores, erros e rácios e no contexto de reporte intercalar.
- Adicionalmente o PS discute a interação entre os julgamentos sobre a materialidade que uma empresa tem de fazer e as leis e regulamentos locais.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

O PS inclui exemplos ilustrativos de como as empresas podem aplicar as orientações nele previstas.

**b) Ainda não endossadas pela UE:**

**Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017**

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2015-2017, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

**IFRS 3 Combinações de negócios – Interesse detido previamente numa operação conjunta**

- As alterações clarificam que, quando uma entidade obtém controlo de uma operação

**IFRS 11 Acordos conjuntos - Interesse detido previamente numa operação conjunta**

- Uma parte que participe, mas que não tenha controlo conjunto, numa operação conjunta pode obter o controlo conjunto de uma operação conjunta cuja atividade constitua um negócio tal como definido na IFRS 3. Esta alteração vem clarificar que o interesse previamente detido não deve ser remensurado.
- Esta alteração é aplicável a transações nas quais a entidade obtenha o controlo conjunto que ocorram em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.

**IAS 12 Imposto sobre o rendimento – consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital**

conjunta, deve aplicar os requisitos da combinação de negócios por fases, incluindo remensurar o interesse previamente detido nos ativos e passivos da operação conjunta para o seu justo valor.

- Ao fazê-lo, o adquirente remensura o seu interesse previamente detido nessa operação conjunta.
- Esta alteração é aplicável a combinações de negócios para as quais a data de aquisição seja em ou após o início do primeiro período de reporte que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada.
- Estas alterações vêm clarificar que as consequências ao nível de imposto sobre os dividendos estão associadas diretamente à transação ou evento passado que gerou resultados distribuíveis aos acionistas. Consequentemente, a empresa reconhece os impactos ao nível do imposto na demonstração dos resultados, em rendimento integral ou em outro instrumento de capital de acordo com a forma como a entidade reconheceu no passado essas transações ou eventos.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida a adoção antecipada. Quando a entidade aplica pela primeira vez estas alterações, deve aplicar às consequências ao nível de imposto sobre os dividendos reconhecidos em ou após o início do período comparativo mais antigo.

**IAS 23 Custos de empréstimos – custos de empréstimos elegíveis para capitalização**

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- A alteração veio clarificar que uma entidade trata como parte dos empréstimos globais qualquer empréstimo originalmente obtido para o desenvolvimento do ativo qualificável, quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar esse ativo para o seu uso pretendido ou para venda estejam completas.
- As alterações são aplicáveis aos custos de empréstimos incorridos em ou após o início do período de reporte em que a empresa adota estas alterações.
- Estas alterações são aplicáveis para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. É permitida adoção antecipada.

anteriormente, a IFRS 17 providencia um modelo integral para contratos de seguro, cobrindo todos os aspetos contabilísticos relevantes. O núcleo da IFRS 17 é o modelo geral que é suplementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem da taxa variável); e
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação do prémio), principalmente para contratos de curta duração.

As principais características do novo modelo contabilístico dos contratos de seguro são as que se seguem:

- A mensuração do valor presente dos fluxos de caixa futuros, incorporando um ajustamento de risco, mensurado em cada período de reporte (valor realizável dos fluxos de caixa);
- Uma *Contractual Service Margin* (CSM), margem contratual de serviço, que é igual e oposta a qualquer ganho inicial da realização dos fluxos de caixa de um grupo de contratos,

### IFRS 17 Contratos de seguro

A IFRS 17 aplica-se a todos os contratos de seguro (i.e., vida, não vida, seguros diretos e resseguros), independentemente do tipo de entidades que os emite, bem como a algumas garantias e a alguns instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Algumas exceções serão aplicadas.

O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico para os contratos de seguro que seja de maior utilidade e mais consistente para os emitentes.

Contrastando com os requisitos da IFRS 4, que são baseadas em políticas contabilísticas locais adotadas

representando os ganhos não apropriados dos contratos de seguro os quais serão reconhecidos em ganhos ou perdas durante o período de vigência do serviço (i.e. período de cobertura);

- Algumas alterações no valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros são ajustadas contra a CSM e, desta forma, reconhecidas em ganhos ou perdas durante o período remanescente do serviço contratual;
- Os efeitos das alterações na taxa de desconto serão reportadas como ganhos ou perdas ou como outro rendimento integral, dependendo da política contabilística da empresa;
- A apresentação dos ganhos e dos gastos de seguros na Demonstração dos Resultados do Outro Rendimento Integral são baseados no conceito de serviços prestados durante o período;
- Os valores que o segurado irá receber, independentemente de ocorrer ou não um

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

evento segurado (componentes de investimento não distintas), não são apresentados na demonstração de resultados, sendo reconhecidos diretamente no balanço;

- Os resultados dos serviços de seguro (receita obtida deduzida dos créditos emitidos) são apresentados separadamente dos ganhos ou perdas de seguros; e
- Divulgações extensas que forneçam informação sobre os valores reconhecidos de contratos de seguro e sobre a natureza e a extensão dos riscos decorrentes dos mesmos.

A IFRS 17 é efetiva para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021, sendo

- modificações à aplicação retrospectiva na sua total extensão, mantendo-se, no entanto, o objetivo de alcançar o melhor resultado possível na aplicação retrospectiva;
- Abordagem do justo valor – a CSM é determinada como a diferença positiva entre o justo valor determinado em conformidade com a IFRS 13 Mensuração pelo justo valor e valor realizável dos fluxos de caixa (qualquer diferença negativa será reconhecida em resultados transitados na data de transição).

Se uma empresa não conseguir obter informação razoável e sustentada para aplicar a abordagem retrospectiva modificada, é obrigada a aplicar a abordagem do justo valor.

#### **IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração**

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do

necessário apresentar os comparativos nesse ano. A aplicação antecipada é permitida desde que a empresa aplique também a IFRS 9 e a IFRS 15 na data ou na data anterior a que a empresa aplique a IFRS 17. O IASB decidiu por uma aplicação retrospectiva para a estimativa da CSM na data da transição.

No entanto, se uma aplicação retrospectiva total, como definida na IAS 8 para um grupo de contratos de seguro, não for praticável a empresa tem de escolher uma das duas alternativas:

- Abordagem retrospectiva modificada – baseada em informação razoável e devidamente sustentada que esteja disponível sem que a empresa incorra em custos ou esforços excessivos, considerando algumas rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospectiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

- I) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
- II) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

### **IFRIC 23 – Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento**

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 Incerteza sobre diferentes tratamentos do imposto sobre o rendimento (a Interpretação) que clarifica os requisitos de aplicação e de mensuração da IAS 12 Imposto sobre o rendimento quando existe incerteza quanto aos tratamentos a dar ao imposto sobre o rendimento.

A Interpretação endereça a contabilização do imposto sobre o rendimento quando os tratamentos

- Como uma empresa considera as alterações de factos e de circunstâncias.

Uma empresa tem de determinar se deve considerar a incerteza sobre cada tratamento fiscal separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos. A abordagem que deverá ser seguida é a que melhor permita prever o desfecho da incerteza.

A Interpretação é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2019.

### **IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2**

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

fiscais que envolvem incerteza e que afetam a aplicação da IAS 12. A Interpretação não se aplica a taxas ou impostos que não estejam no âmbito da IAS 12, nem inclui especificamente requisitos referentes a juros ou multas associados com a incerteza de tratamentos de impostos. A Interpretação endereça especificamente o seguinte:

- Se uma empresa considera as incertezas de tratamentos de impostos separadamente;
- Os pressupostos que uma empresa utiliza sobre o exame de tratamentos fiscais por parte das autoridades fiscais;
- Como uma empresa determina o lucro (prejuízo) fiscal, a base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e taxas fiscais;
- Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).
- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desconhecido e o valor reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospectiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

#### **Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)**

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de

capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de *net share settlement*.

#### Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.

cumprir, a definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospectiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

2

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada

#### **Pagamentos antecipados com compensações negativas – Alterações à IFRS 9**

De acordo com a IFRS 9, um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através de rendimento integral desde que os *cash flows* implícitos sejam “apenas pagamento de capital e juro sobre o capital em dívida” (o critério SPPI) e o instrumento seja detido num modelo de negócios que permita essa classificação.

As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro passa o critério SPPI, independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de

são consistentes com os requisitos aplicados a uma modificação de um ativo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento.

Isto significa que o ganho ou a perda que resulte da modificação desse passivo financeiro que não resulte no seu desreconhecimento, calculado descontando a alteração aos *cash flows* associados a esse passivo à taxa de juro efetiva original, é imediatamente reconhecido na demonstração dos resultados.

O IASB fez este comentário nas bases para a conclusão relativa à esta alteração pois acredita que os requisitos atuais da IFRS 9 fornecem uma boa base para as empresas contabilizarem as modificações ou substituições de passivos financeiros e que nenhuma alteração formal à IFRS 9 é necessária no que respeita a este assunto.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. Devem ser aplicados retrospectivamente. Esta alteração traz requisitos específicos para adotar na transição mas apenas se as empresas a adotarem em 2019 e não

qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.

As bases de conclusão para esta alteração clarificam que o término antecipado pode ser consequência de uma cláusula contratual ou de um evento que esteja fora do controlo das partes envolvidas no contrato, tais como uma alteração de leis ou regulamentos que levem ao término antecipado.

Modificação ou a substituição de um passivo financeiro que não origina o desreconhecimento desse passivo.

Nas bases para a conclusão o IASB também clarifica que os requisitos da IFRS 9 para ajustamento do custo amortizado de um passivo financeiro, quando uma modificação (ou substituição) não resultam no seu desreconhecimento,

em 2018 em conjunto com a IFRS 9. É permitida a adoção antecipada

#### **Interesses de longo prazo em Associadas ou Joint Ventures – Alterações à IAS 28**

As alterações vêm clarificar que uma entidade deve aplicar a IFRS 9 para interesses de longo prazo em associadas ou *joint ventures* às quais o método da equivalência patrimonial não é aplicado mas que, em substância, sejam parte do investimento líquido nessa associada ou *joint venture* (interesses de longo prazo). Esta clarificação é relevante pois implica que o modelo da perda esperada da IFRS 9 deve ser aplicado a esses investimentos.

O IASB também clarificou que, ao aplicar a IFRS 9, uma entidade não tem em conta quaisquer perdas dessa associada ou *joint venture*, ou perdas por imparidade no investimento líquido, que estejam reconhecidas como um ajustamento ao investimento líquido decorrente da aplicação da IAS 28.

1

RELATÓRIO DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO

Para ilustrar como as entidades devem aplicar os requisitos da IAS 28 e da IFRS 9 no que respeita a interesses de longo prazo, o IASB publicou exemplos ilustrativos quando emitiu esta alteração.

Esta alteração é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A alteração tem de ser aplicada retrospectivamente, com algumas exceções. A adoção antecipada é permitida e tem de ser divulgada.

2

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA**

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

3

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

10. Inventário de Títulos e Participações Financeiras

(Un: Euros)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Selicomi - Portugal, Lda		591			591		591		
	sub-total		<b>591</b>			<b>591</b>		<b>591</b>		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		<b>591</b>			<b>591</b>		<b>591</b>		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									

## Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	sub-total									
	sub-total									
	total		591			591		591		
	<b>2 - OUTROS TÍTULOS</b>									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	99,40		99.397	102,10	102.095	2.426	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,64		199.287	112,42	224.846	5.485	3,850%
PTOTECOE0029	O.T. FEV TF 10/20 - AFS		90.000	108,84		97.955	111,73	100.553	2.355	4,800%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	98,89		108.783	109,94	120.937	667	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		180.000	98,11		176.595	108,88	195.975	2.311	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		750.000	109,60		822.025	123,12	923.385	6.815	4,950%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	98,89		2.620.669	98,89	2.620.669	16.073	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	97,86		2.984.680	97,86	2.984.680	39.159	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		1.090.000	98,59		1.074.631	109,94	1.198.379	6.611	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		570.000	96,25		548.625	108,88	620.588	7.318	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		880.000	110,73		974.424	123,12	1.083.438	7.996	4,950%
	sub-total		9.670.000			9.707.071		10.175.545	97.216	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	0,00		-	0,00	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	0,00		-	0,00	-	-	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,05		1.000.490	108,91	1.089.140	39.356	4,250%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	0,00		-	0,00	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	0,00		-	0,00	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	0,00		-	0,00	-	-	
913012886001	SOMEK 92/97		150	0,00		-	0,00	-	-	
913012886002	SOMEK 94/99		349	0,00		-	0,00	-	-	
	sub-total		1.001.222			1.000.490		1.089.140	39.356	
	sub-total		10.671.222			10.707.561		11.264.685	136.572	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável		1.001.222							
	2.1.2.1 - Ações									

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	sub-total	0				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	0				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			3,64	2.485.953	3,78	2.582.439		
	sub-total	683.800				2.485.953		2.582.439		
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	0	-			-		-		
	sub-total	683.800	-			2.485.953		2.582.439		-
	total	683.800	10.671.222			13.193.514		13.847.124	136.572	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	100,16		3.004.693	102,58	3.077.520	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	101,36		304.068	109,43	328.290	5.622	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	99,23		992.346	107,56	1.075.580	7.274	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	100,69		302.065	109,10	327.291	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	119,61		956.875	137,75	1.101.960	49.452	6,250%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	98,46		196.911	111,98	223.966	3.123	4,000%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	100,08		5.004.021	100,37	5.018.350	93.699	3,750%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	100,48		200.967	102,90	205.792	3.748	4,500%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,38		1.505.753	110,34	1.655.145	19.890	4,500%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	103,23		929.028	112,64	1.013.787	22.438	3,500%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	95,33		953.293	97,46	974.590	247	0,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	100,63		2.314.489	113,62	2.613.329	59.075	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	100,24		1.002.419	101,30	1.012.950	27.397	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	100,46		602.764	109,23	655.380	14.384	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	124,99		624.926	145,37	726.835	29.110	8,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	112,59		2.364.450	124,58	2.616.264	16.383	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	105,04		388.639	118,10	436.970	5.575	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		12	0,46	2.872	-	
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	105,43		527.149	119,03	595.150	14.743	4,375%

## Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		5.100.000	104,98		5.354.017	119,62	6.100.722	183.390	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	101,35		304.056	110,29	330.864	4.862	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	101,58		304.740	112,98	338.946	4.514	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,64		996.399	118,07	1.180.670	42.781	4,500%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,01		400.024	111,11	444.420	7.223	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.300.000	99,68		2.292.675	114,22	2.627.106	23.599	3,500%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	109,43		4.924.169	116,52	5.243.220	114.750	3,650%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		20.000	95,60		19.120	97,46	19.491	5	0,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	106,18		53.090	118,10	59.050	753	2,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	110,29	55.144	810	3,500%
	sub-total		36.220.000			36.874.218		40.061.654	814.161	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	101,30		2.532.623	111,49	2.787.250	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		900.000	101,48		913.305	110,74	996.615	26.199	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		300.000	103,57		310.699	117,57	352.695	2.409	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,40		1.103.315	113,51	1.259.928	24.557	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,66		398.621	109,39	437.568	2.082	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,97		499.852	100,68	503.380	-	
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,96		599.765	101,14	606.810	-	
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,99		1.399.912	100,16	1.402.184	-	
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.200.000	99,74		1.196.854	101,59	1.219.128	-	
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	100,14		200.272	100,71	201.426	7.149	4,250%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	99,88		2.397.170	100,41	2.409.888	-	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,98		1.599.600	100,56	1.608.960	78	0,103%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	107,94		2.698.554	119,18	2.979.500	63.528	4,375%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		600.000	99,60		597.599	105,37	632.202	5.712	1,250%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,98		1.399.698	103,63	1.450.778	185	0,396%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		700.000	99,40		695.800	100,01	700.070	-	
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,52		99.520	109,39	109.392	521	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	100,00		500.000	100,68	503.380	-	
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.000.000	99,89		998.910	100,16	1.001.560	-	
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		500.000	99,94		499.680	101,59	507.970	-	
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.000.000	99,86		998.600	100,41	1.004.120	-	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	100,56	703.920	34	0,103%
	sub-total		22.110.000			22.339.509		23.378.724	149.663	
	2.2.1.3 - De outros emissores									

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	99,98		599.875	100,22	601.308	-	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		300.000	99,83		299.494	100,64	301.926	133	0,375%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,74		99.744	103,82	103.822	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		1.000.000	99,92		999.159	101,12	1.011.200	2.753	0,500%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		400.000	99,99		399.972	100,42	401.688	47	0,224%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,68		897.087	104,26	938.313	22.038	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.909	100,00	300.000	7.983	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,53		298.575	113,40	340.188	8.438	2,950%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,00		1.600.076	109,60	1.753.520	46.992	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,78		199.550	120,10	240.190	5.362	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,01		15.001.533	104,71	15.705.750	162.917	4,250%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000	99,91		399.622	100,59	402.344	641	0,500%
XS1363560548	BMW FINANCE NV 16/19		900.000	99,99		899.952	100,80	907.182	618	0,321%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000	99,94		499.713	100,76	503.810	126	0,221%
XS1584041252	BNP PARIBAS 17/22		1.000.000	100,00		1.000.000	102,53	1.025.260	130	0,521%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		700.000	99,85		698.957	105,81	740.698	8.546	2,875%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		300.000	100,00		299.995	102,81	308.421	3.121	1,117%
FR0013106614	BPCE SA 16/18		700.000	99,99		699.960	100,02	700.161	-	
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	99,80		99.796	100,60	100.597	582	1,200%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	99,94		199.889	107,72	215.440	5.890	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,35		198.691	101,33	202.666	788	1,250%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	99,97		399.870	100,65	402.608	23	0,188%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		300.000	99,99		299.961	111,56	334.668	7.982	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000	99,93		899.390	100,60	905.400	603	0,389%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		500.000	99,93		499.650	100,92	504.600	1.952	0,750%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		1.830.000	100,53		1.839.615	101,80	1.862.940	51.666	4,500%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	102,51		307.532	116,97	350.895	8.815	4,875%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	100,00		99.995	100,15	100.150	65	0,671%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	99,96		299.866	111,15	333.447	5.690	3,250%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000	99,89		299.670	100,76	302.265	77	0,121%
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		2.400.000	100,00		2.399.924	100,39	2.409.240	1.072	0,201%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		200.000	99,99		199.979	100,32	200.646	-	0,001%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		1.100.000	100,00		1.099.990	99,98	1.099.802	1.239	0,709%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,78		399.131	106,83	427.320	6.115	2,250%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,45		99.450	102,48	102.483	1.364	1,500%

## Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		100.000	99,37		99.369	97,38	97.382	1.567	1,875%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		450.000	99,83		449.229	102,80	462.578	5.301	1,250%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,44		298.312	107,68	323.052	768	2,750%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,41		223.671	105,21	236.720	4.388	2,125%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		300.000	100,00		299.997	101,57	304.701	1.561	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000	99,54		398.153	105,17	420.688	2.305	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,91		1.398.709	100,27	1.403.710	4.219	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		700.000	99,68		697.771	100,56	703.885	5.854	1,375%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		400.000	99,83		399.322	103,80	415.188	473	1,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		200.000	100,00		199.998	100,06	200.128	37	0,171%
FR0013062684	HSBC FRANCE 15/19		1.000.000	99,99		999.865	100,97	1.009.660	196	0,221%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	100,95		706.662	101,74	712.194	873	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		1.000.000	99,27		992.676	105,30	1.052.970	1.514	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,59		199.182	117,70	235.400	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,92		199.830	112,58	225.152	906	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	101,19		303.557	113,21	339.630	5.178	3,500%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	100,39		301.181	104,71	314.115	10.956	3,875%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		900.000	99,83		898.472	99,44	894.996	1.772	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	99,18		297.543	97,44	292.317	1.366	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	99,96		2.099.145	111,12	2.333.415	35.384	3,000%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,69		1.944.029	100,96	1.968.798	-	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		800.000	99,85		798.803	100,24	801.920	-	
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,75		299.261	105,02	315.066	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,98		299.931	103,42	310.248	2.007	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000	99,71		1.096.818	102,70	1.129.678	14.390	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		200.000	99,66		199.329	104,94	209.882	3.365	2,125%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		1.000.000	99,27		992.749	99,75	997.470	606	0,375%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		400.000	99,99		399.954	100,21	400.840	35	0,041%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		300.000	99,40		298.197	103,93	311.778	1.393	1,500%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	100,66		301.966	102,13	306.384	618	1,750%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		1.100.000	99,39		1.093.328	99,23	1.091.541	1.010	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	99,08		198.161	106,98	213.958	935	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.898	100,69	201.382	-	
XS1345314956	RABOBANK NEDERLAND 16/18		1.900.000	100,00		1.899.975	100,01	1.900.171	-	
FR0013136330	RCI BANQUE 03/2019		500.000	100,00		499.984	101,01	505.040	121	0,669%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,50		398.002	113,17	452.664	3.466	2,875%

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	98,78		395.114	96,81	387.256	493	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,30		297.892	106,06	318.186	4.469	1,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000	99,94		999.376	100,18	1.001.820	-	
FR0012969012	SANOFI 15/19		300.000	99,99		299.975	100,33	300.999	-	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		900.000	100,05		900.453	100,47	904.239	250	0,455%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	99,98		499.884	100,21	501.050	-	
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	99,98		199.969	100,59	201.174	-	
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,60		597.599	105,08	630.456	2.811	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,87		199.745	106,59	213.172	469	2,375%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,89		99.893	101,23	101.234	879	1,500%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		400.000	99,99		399.977	100,58	402.308	13	0,071%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	112,22		897.777	117,12	936.960	28.841	4,125%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		1.000.000	99,99		999.899	101,09	1.010.870	907	0,371%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,93		399.728	100,35	401.408	-	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000	99,99		1.499.790	100,58	1.508.760	-	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,53		298.589	115,99	347.973	993	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000	100,34		301.020	105,21	315.618	6.645	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	99,99		399.949	109,62	438.488	3.175	3,369%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,98		699.884	110,31	772.149	28.559	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		900.000	99,94		899.433	100,12	901.080	-	
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		500.000	99,66		498.318	100,68	503.375	1.834	0,875%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,62		298.861	109,22	327.657	566	2,375%
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		600.000	100,00		599.974	101,02	606.120	373	0,621%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		500.000	98,98		494.918	103,21	516.070	7.089	1,875%
XS1642546078	VOLKSWAGEN LEASING GMBH 17/21		900.000	100,00		899.996	100,23	902.088	260	0,121%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		300.000	100,02		300.054	100,48	301.449	30	0,144%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		400.000	100,00		400.000	100,22	400.872	-	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		100.000	99,73		99.732	100,64	100.642	44	0,375%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	100,00		500.000	100,00	500.000	13.305	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		500.000	99,26		496.295	113,40	566.980	14.063	2,950%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		700.000	99,85		698.957	100,76	705.334	176	0,221%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		100.000	99,77		99.772	105,81	105.814	1.221	2,875%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	100,00		400.000	100,65	402.608	23	0,188%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		100.000	99,85		99.850	100,60	100.600	67	0,389%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		170.000	99,95		169.915	100,15	170.255	111	0,671%

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,97		199.932	111,15	222.298	3.793	3,250%
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		700.000	100,00		700.000	100,39	702.695	313	0,201%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		100.000	100,00		100.000	100,32	100.323	-	0,001%
FR0013216884	DANONE SA 16/18		200.000	100,00		200.000	100,19	200.378	-	
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		500.000	99,56		497.805	106,83	534.150	7.644	2,250%
XS1571293171	ERICSSON LM TF 17/21		100.000	99,61		99.613	99,09	99.091	731	0,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		100.000	100,00		100.000	100,06	100.064	19	0,171%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		100.000	103,45		103.450	101,74	101.742	125	1,625%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	99,36		496.810	117,70	588.500	3.185	3,750%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.000.000	99,65		1.992.920	100,96	2.019.280	-	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,76		199.520	100,24	200.480	-	
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		200.000	99,97		199.934	103,42	206.832	1.338	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000	99,46		397.848	102,70	410.792	5.233	2,500%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.900	100,69	201.382	-	
FR0012146751	SANOFI 14/18		700.000	100,00		700.000	100,18	701.274	-	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		100.000	100,09		100.091	100,47	100.471	28	0,455%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000	100,00		300.000	100,21	300.630	-	
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	100,00		200.000	100,59	201.174	-	
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		100.000	100,00		100.000	101,09	101.087	91	0,371%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		300.000	100,00		300.000	100,35	301.056	-	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		600.000	100,00		600.000	100,58	603.504	-	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	115,99	579.955	1.654	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	100,00		600.000	105,21	631.236	13.290	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		100.000	100,00		100.000	109,62	109.622	794	3,369%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		200.000	100,00		200.000	100,12	200.240	-	
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		200.000	100,00		200.000	101,02	202.040	124	0,621%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		100.000	100,03		100.033	100,48	100.483	10	0,144%
	sub-total		84.025.000			84.045.700		86.861.492	635.734	
	sub-total		142.355.000			143.259.427		150.301.870	1.599.558	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Ações									
US0378331005	APPLE INC	158			145,12	22.928	140,78	22.244	-	
US84763R1014	SPECTRUM BRANDS HOLDINGS INC	250			95,35	23.837	93,51	23.376	-	
		408				46.765		45.620		
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									

## Inventários de Títulos e Participações Financeiras (cont.)

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	1.094			9.971,02	10.908.291	9.965,40	10.902.148		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	100			57.014,21	5.701.421	56.951,98	5.695.198		
FR0000291239	CPR CASH - P	250			22.485,75	5.621.437	22.470,62	5.617.655		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE	1.424			70,73	100.697	80,75	114.962		
	FUND									
LU0579997130	BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC	1.600			14,09	22.544	20,34	32.544		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	904			36,49	32.984	59,64	53.915		
DE0002635307	ISHARES STOXX EUROPE 600 DE	607			38,38	23.297	38,26	23.224		
FR0010010827	LYXOR ETF FTSE MIB	1.044			22,10	23.067	21,31	22.248		
FR0010251744	LYXOR ETF IBEX 35	232			98,73	22.905	98,77	22.915		
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	1.279			118,92	152.062	132,97	170.025		
IE00BGY64W57	MGI PASSIVE GB EQUITY FUND	1.481			122,86	182.009	144,91	214.670		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	1.102			23,75	26.171	45,20	49.810		
LU0646913847	ARCANO EUROPEAN INCOME I-IAA	326			137,98	45.000	140,34	45.770		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	94			9.993,64	939.403	9.965,40	936.747		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	69			2.288,83	157.929	2.283,45	157.558		
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	491			107,23	52.652	107,31	52.689		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	1			10.928,77	10.929	10.911,70	10.912		
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND	1.194			104,48	124.773	105,72	126.257		
	1									
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND	1.244			101,78	126.559	102,01	126.850		
	2									
IE00BYV6XK54	MGI - ABS RET FIX INCOME-M2	7.605			104,53	794.999	104,47	794.540		
IE00B86YZ49	MGI FUND PLC	2.026			111,43	225.817	114,76	232.559		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	605			129,28	78.215	139,59	84.452		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	2.924			108,86	318.300	108,69	317.809		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	8			10.775,83	86.207	10.840,01	86.720		
FR0000291239	CPR CASH - P	1			22.500,92	22.501	22.470,62	22.471		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	6			20.359,04	122.154	20.439,50	122.637		
IE00B6SSY728	MERCER LIQUID ALTERNATIVE STRATEGIES	1.035			114,99	119.000	114,84	118.845		
US74347W3381	PROSHARES VIX MID-TERM FUT	849			40,36	34.266	17,59	14.938		
	sub-total	29.595				26.075.589		26.171.068		
	2.2.2.4 - Outros									

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	sub-total		-			-				
	total	<b>29.595</b>	<b>142.355.000</b>			<b>169.381.781</b>		<b>176.518.558</b>	<b>1.599.558</b>	
	3 - TOTAL GERAL	<b>713.803</b>	<b>153.026.813</b>			<b>182.575.886</b>		<b>190.366.273</b>	<b>1.736.130</b>	

3

# RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

## Certificação Legal das Contas

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Victoria - Seguros de Vida, S.A. ("Companhia"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 240.758.365 euros e um total de capital próprio de 28.288.943 euros, incluindo um resultado líquido de 583.757 euros), a Demonstração dos Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Victoria - Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ("ASF").

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

##### 1. Determinação das provisões matemáticas

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Como evidenciado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras, as Provisões matemáticas de seguros de capitalização com e sem participação nos resultados (Vida) ascendiam, em 31 de dezembro de 2017, a 158.116 m€ (74% do Passivo total). A provisão matemática do ramo vida corresponde ao valor atuarial estimado das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices em vigor. O cálculo desta provisão é efetuado com base em métodos atuariais e de capitalização enquadrados no normativo da ASF, utilizando as tábuas de mortalidade e taxas de juro técnico detalhadas na Nota 14.	A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões matemáticas (Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none"><li>Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões matemáticas (Vida);</li></ul>

#### Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e por ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades bem como a estimativa dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades.

#### Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cashflows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes, com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- ▶ Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no setor segurador.
- ▶ Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras sobre Provisões matemáticas (Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Companhia de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para completar o mandato compreendido entre 2011 e 2013. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para um segundo mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2017 para o terceiro mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia, nesta data;
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria; e
- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Companhia os seguintes serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor: prestámos à Companhia serviços no âmbito dos procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma.

Lisboa, 28 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC n.º 1230)  
Registada na CMVM com o n.º 20160841

## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), relativos ao exercício de 2017, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

### 1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2017, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité Anti-Fraude;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;

- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2017;
- As Demonstrações da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de Dezembro de 2017;
- A Certificação Legal de Contas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

## 2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

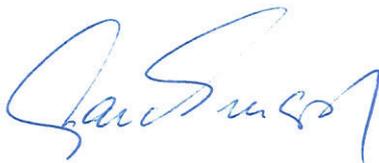
- O Relatório de Gestão expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 22 de Março de 2018

O CONSELHO FISCAL



João de Lara Everard  
(Presidente)



Santiago Gil de Biedma  
(Vogal)



António Vilar Ribeiro  
(Vogal)

4

# ANEXOS

ANEXO I

Participação nos Resultados - Ramo Vida

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2017	Participação nos resultados a atribuir em 2018	Base de Incidência	Distribuição
<b>SEGURO INDIVIDUAL</b>				
<b>Carteira Antiga</b>				
<b>Dividendos</b>				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>
<b>Capital adicional</b>				
F1 e F4	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
<b>Carteira Nova</b>				
<b>Produtos Tradicionais</b>				
<b>Bónus</b>				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Activa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0,25%	0,25%	Provisão Matemática	
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	1,0%	0,25%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
<b>Capital adicional</b>				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0,1% × anos do contrato (max. 18%)	0,13% × anos do contrato (max. 18%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Protecção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte <i>Aumento do capital ou renda segura</i>

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2017	Participação nos resultados a atribuir em 2018	Base de Incidência	Distribuição
<b>Desconto no Prémio</b>				
Protecção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2017	Participação nos resultados a atribuir em 2018	Base de Incidência	Distribuição
<b>SEGURO DE GRUPO</b>				
<i>Produtos Tradicionais</i>				
<b>Bónus</b>				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0%	Variável de acordo com a variante do produto	Provisão Matemática	
<b>Desconto no prémio</b>				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>

**ANEXO II**

**Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida**

Produto	Situação da carteira	Tipo de taxa garantida	Taxa Juro 2017
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%
VICTORIA Garantia Rendimento	Fechada	Indexada à Euribor	7,16%
PPR Garantia Valor	Fechada	Indexada à Euribor	3,69%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	Entre 0,25% e 2% de acordo com a variante
PPR Novo Valor	Fechada	Fixa	3,50%
Investimento Seguro	Aberta	Fixada anualmente	0,25%
Investimento Programado	Aberta	Fixada anualmente	0,25%
Confiança PPR	Aberta	Fixada anualmente	0,25%
LifePlan Moderado	Aberta	Sem garantia de taxa	1,98%
LifePlan Dinâmico	Aberta	Sem garantia de taxa	5,63%
PPR Ações Maximização	Aberta	Sem garantia de taxa	3,24%

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

### **ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.**

Temos energia para enfrentar todos os desafios

Colaboramos entre nós

Promovemos o nosso desenvolvimento

Celebramos os sucessos

Temos orgulho naquilo que fazemos

Valorizamos a diversidade de ideias

### **CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.**

Somos claros na informação que damos

Agimos com seriedade e rigor

Respondemos por aquilo que fazemos

### **ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.**

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades

Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

### **EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.**

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos

Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação

Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,

200 1250-147 Lisboa - Portugal

T 213 134 100 · F 213 134 700

Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico